

RELATÓRIO E CONTAS

2017

GNB-Companhia de Seguros, S.A.

Av. Alvares Cabral, n.º 41 - 1269-276 Lisboa
Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503718092

Índice

1. Relatório de Gestão referente ao exercício de 2017

- 1.1 Estrutura e práticas de governo societário
- 1.2 Enquadramento macroeconómico
 - 1.2.1 Situação económica internacional
 - 1.2.2 Situação económica nacional
 - 1.2.3 O setor segurador
- 1.3 Principais indicadores e variáveis da atividade
- 1.4 A atividade da GNB Seguros
- 1.5 Proposta de aplicação de resultados
- 1.6 Nota Final

2. Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

- 2.1 Conta de Ganhos e Perdas
- 2.2 Balanço
- 2.3 Demonstração de Variações do Capital Próprio
- 2.4 Demonstração do Rendimento Integral
- 2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras

3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria \ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

- 3.1 Certificação Legal das Contas
- 3.2 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

1. Relatório de Gestão

1.1. Estrutura e práticas de governo societário

1.1.1. Introdução

No período em análise não se verificaram alterações ao nível das regras e estrutura de governo da GNB, Companhia de Seguros, S.A. (GNB Seguros).

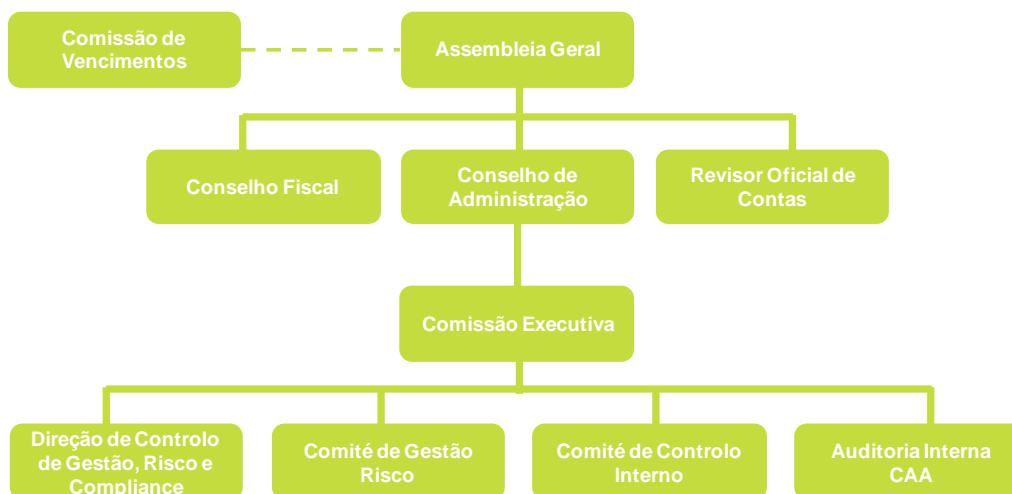
As regras e estrutura de governo da GNB Seguros, consubstanciam-se na manutenção da garantia de uma governação responsável e norteada por objetivos concretos, tendo em vista a criação de valor para os seus acionistas, valorização dos colaboradores e disponibilização de produtos e serviços integradores de valor acrescentado para os clientes e por estes percecionado.

A transparência e lealdade nas relações com todos aqueles com quem se relaciona revestem-se de fulcral importância para a consolidação do seu negócio, assim como a adoção e respeito integral das boas regras vigentes no mercado em que se insere.

Manteve-se também como essencial a intervenção das áreas de Gestão de Risco, Controlo Interno e *Compliance* e o pleno funcionamento dos diversos *Comités* existentes como auxiliares no processo de suporte à tomada de decisão, avaliando e monitorizando os riscos e assegurando o cumprimento dos deveres legais a que a Sociedade está obrigada e, nas situações em que tal se mostrou necessário, propondo medidas de mitigação aos riscos identificados.

1.1.2 Estrutura do Governo da GNB Seguros

O sistema de governo da GNB Seguros baseia-se no sistema de três linhas de defesa, suportado por uma estrutura de governo bem definida, complementada por *Comités*, Funções-chave e Políticas.



1.1.2.1. Assembleia Geral

A Assembleia Geral de Acionistas, que reúne pelo menos uma vez por ano, em sede de Assembleia Geral Anual de Acionistas, tem por principais competências proceder à eleição dos órgãos sociais, deliberar sobre o Relatório de Gestão, as contas do exercício e a aplicação de resultados.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, Vice-presidente e um Secretário. Os membros da Mesa são eleitos por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

1.1.2.1.1. Regras Estatutárias sobre o exercício do direito de Voto

Relativamente à participação e exercício do direito de voto nas reuniões da Assembleia Geral:

“Artigo 13º”

“UM – A Assembleia Geral dos Acionistas é composta por todos os acionistas com direito pelo menos a um voto, que satisfaçam as condições referidas no número seguinte.

DOIS – Só poderão participar na Assembleia os titulares de ações averbadas em seu nome até oito dias úteis antes do dia da reunião.

TRÊS – A Assembleia poderá ser realizada com utilização de meios telemáticos se a sociedade assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, procedendo ao registo do seu conteúdo e dos respetivos intervenientes.

QUATRO – A cada ação corresponderá um voto.

CINCO – Dentro do prazo referido no número dois devem os acionistas que pretendam fazer-se representar por outro acionista apresentar na Sociedade os instrumentos de representação e, bem assim, as pessoas coletivas indicar quem as representará; o Presidente da Mesa poderá, contudo, admitir a participação na Assembleia dos representantes não indicados dentro desse prazo, se verificar que isso não prejudica os trabalhos da Assembleia.

SEIS – Não é permitido o voto por correspondência.”

1.1.2.1.2. Representação

Os Senhores Acionistas podem fazer-se representar na Assembleia por mandatário constituído por simples carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia, acompanhada de cópia legível de documento original válido, com fotografia, do qual conste o nome completo, a data de nascimento e nacionalidade, que deverá estar em vigor. Os Senhores Acionistas que sejam pessoas coletivas deverão indicar o nome de quem os representará.

Os instrumentos de representação, bem como os documentos comprovativos da qualidade de acionistas e de que as respetivas ações ficam bloqueadas até ao final da Assembleia, deverão ser entregues, na sede social, até às 16.30 horas do terceiro dia útil anterior ao designado para a Assembleia.

1.1.2.1.3. Quórum

Em primeira data de convocação, a Assembleia Geral de Acionistas não pode reunir-se sem estarem presentes ou representados acionistas titulares de ações representativas de setenta e cinco por cento do capital social.

Em segunda convocação, a Assembleia poderá deliberar seja qual for o número de acionistas presentes ou representados e o capital por eles representado.

1.1.2.1.4. Intervenção da Assembleia Geral sobre a política de remuneração da sociedade

A Assembleia Geral aprova anualmente a política de remuneração do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização.

1.1.2.2. Conselho de Administração

A Gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por sete a nove Administradores designados por quatro anos, sendo permitida a reeleição dos respetivos membros.

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva constituída por três dos seus membros, que reúne pelo menos uma vez por mês e sempre que convocada por qualquer dos seus membros.

1.1.2.2.1. Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade

O Conselho de Administração é composto por sete, ou nove administradores.

A Assembleia Geral fixará o número de administradores; na falta de deliberação expressa, considera-se fixado o número de administradores eleitos.

Os Administradores podem ser acionistas ou pessoas estranhas e são eleitos pela Assembleia Geral dos Acionistas por períodos de quatro anos, sendo permitida a reeleição.

A Assembleia Geral poderá eleger Administradores Suplentes, até número igual a um terço do número de administradores efetivos, na data da eleição respetiva.

A alteração do Contrato de Sociedade é matéria de deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas.

1.1.2.2.2. Poderes do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reúne, pelo menos uma vez, em cada três meses e não pode deliberar sem que estejam presentes ou representados cinco ou seis dos seus membros, consoante o Conselho de Administração seja composto por sete ou nove membros.

As seguintes matérias deverão necessariamente ser discutidas e aprovadas por deliberação do Conselho de Administração da Sociedade, tomada por uma maioria de cinco ou seis membros do Conselho de Administração, consoante o número total de membros seja de sete ou nove:

1. Aprovação ou modificação do Regulamento Interno do Conselho de Administração;
2. Aprovação de contratos com terceiros cujos valores/ responsabilidades excedam em 10% as despesas totais anuais da Sociedade (excluindo despesas com comissões e partilha de lucros);
3. Concessão de financiamentos, depósitos ou prestação de garantias acima do valor de um milhão de euros.
4. Aquisição, oneração ou alienação de bens imóveis por valor superior a 5 milhões de euros, desde que os bens imóveis sejam utilizados na gestão corrente da sociedade.
5. Solicitação de financiamentos ou criação de passivo acima dos dez milhões de euros (por transação).
6. Início, desenvolvimento ou cessação de relações com entidades que não se integrem no Grupo Novo Banco, composto pelo Novo Banco ou por qualquer entidade por si direta ou indiretamente dominada.
7. Licenciamento ou concessão de direitos sobre a propriedade intelectual ou industrial da Sociedade.
8. Alargamento ou redução da atividade social ou modificação do objeto da sociedade;

9. Aprovação do Balanço e contas da Sociedade e todos os documentos legais de prestação de contas da Sociedade;
10. Aprovação de proposta de aplicação de resultados;
11. Emissão de obrigações.

A decisão de aumento de capital da Sociedade é matéria de deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas.

1.1.2.3. Conselho Fiscal

A função de fiscalização interna da GNB Seguros é atribuída ao Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e um suplente.

O Conselho Fiscal da GNB Seguros é composto por um Presidente, dois membros efetivos e um membro suplente.

Os membros do conselho Fiscal são eleitos por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

1.1.2.4. Revisor Oficial de Contas

A fiscalização externa da Companhia é assegurada pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo da GNB Seguros, a Price Waterhouse Coopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, bem como pela autoridade de supervisão a que a GNB Seguros está sujeita, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Sob proposta do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral designou um Revisor Oficial de Contas para proceder ao exame das contas da Sociedade. O Revisor Oficial de Contas é eleito por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

1.1.2.5. Secretário da Sociedade

O Secretário e o seu Suplente são designados pelo Conselho de Administração e a duração das suas funções coincide com o mandato do Conselho de Administração que o designar.

1.1.2.6. Comissão de Vencimentos

É atribuição da comissão de vencimentos definir a política de remunerações dos órgãos sociais, a aprovar em Assembleia Geral, bem como a remuneração específica de cada órgão. Esta comissão é composta por dois membros efetivos.

1.1.3 Órgãos Sociais

Em Assembleia Geral da GNB Seguros, realizada no dia 7 de dezembro de 2015, foram eleitos os membros dos órgãos sociais para o quadriénio de 2016 a 2019.

Assim, ao longo dos exercícios em análise a composição dos órgãos sociais foi a seguinte:

1.1.3.1. Mesa da Assembleia Geral

	Período	
	desde 01/01/2016 ⁽¹⁾	desde 31/03/2016 ⁽²⁾
Pedro Moreira de Almeida Queiroz de Barros	Presidente	-
Michel Victor François Villatte	Vice-Presidente	-
Francisco Maria Pimentel Vilhena de Carvalho	-	Secretário
Eugénio Fernando de Jesus Quintais Lopes	Secretário	-

(1) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 07/12/2015

(2) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 31/03/2016.

1.1.3.2. Conselho de Administração

	Período		
	desde 01/01/2016 ⁽¹⁾	desde 15/02/2017	desde 25/05/2017
José António Rodrigues Nunes Coelho	Presidente (N.E) ⁽²⁾	-	-
Jean-Luc Claude Michel François	Vice-Presidente (N.E) ⁽⁴⁾	-	-
Hervé Marcel Andre Hassan	Vogal e C.F.O.	-	Vogal e C.E.O.
Manuel António Ricardo Romão da Costa Braz ^{(2) (7)}	-	Vogal e C.O.O.	-
Paulo Alexandre Nunes Nogueira ⁽³⁾	-	-	Vogal e C.F.O.
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David ⁽⁶⁾	Vogal e C.E.O.	-	-
Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos ⁽⁵⁾	Vogal e C.O.O.	-	-
Mário Jorge Tapada Gouveia	Vogal (N.E) ⁽⁴⁾	-	-
Thierry Adolph Langrenay	Vogal (N.E) ⁽⁴⁾	-	-
Guillaume Oreckin	Vogal (N.E) ⁽⁴⁾	-	-
Jan Adriaan de Pooter	Vogal (N.E) ⁽⁴⁾	-	-

(1) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 07/12/2015.

(2) Por cooptação.

(3) Por cooptação.

(4) Não Executivo.

(5) Renunciou ao cargo em fevereiro de 2017.

(6) Renunciou ao cargo em maio de 2017

(7) Renunciou ao cargo em janeiro de 2018

1.1.3.3. Conselho Fiscal

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 07/12/2015	
António Joaquim Andrade Gonçalves	Presidente
José Maria Ribeiro da Cunha	Vogal Efetivo
Jean Roger Allely ⁽¹⁾	Vogal Efetivo
Paulo Ribeiro da Silva	Vogal Suplente

(1) Renunciou ao cargo em setembro de 2017

1.1.3.4. Revisor oficial de contas

	Período	
	desde 01/01/2016 ⁽¹⁾	desde 31/03/2017 ⁽²⁾
PWC & ASSOCIADOS, SROC, LDA ⁽³⁾	-	Efetivo
Carlos José Figueiredo Rodrigues	-	Suplente
Ernst & Young Audit & Associados -SROC, S.A. ⁽⁴⁾	Efetivo	-
João Carlos Miguel Alves (revisor oficial de contas)	Suplente	-

(1) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 07/12/2015, apenas nomeado para o exercício de 2016.

(2) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 31/03/2017.

(3) Representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia (revisor oficial de contas)

(4) Representada por Ricardo Filipe de Frias Pinheiro (revisor oficial de contas)

1.1.3.5. Secretário da Sociedade

Por deliberação do Conselho de Administração realizado em 21/01/2016.	
Francisco Maria Pimentel Vilhena de Carvalho	Secretário

1.1.3.6. Comissão de Vencimentos

	Período	
	desde 01/01/2016 ⁽¹⁾	desde 31/03/2017 ⁽²⁾
Vitor Manuel Lopes Fernandes	-	Membro
Francisco Ravara Cary	Membro	-
Renaud Filipelli	Membro	-

(1) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 07/12/2015.

(2) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 31/03/2017.

1.1.4 Estrutura de Capital

O Capital Social da GNB Seguros é de 15.000.000 euros, representado por 3.000.000 ações com valor nominal de 5,00 euros cada.

1.1.5 Estrutura Acionista

Estrutura Acionista a 31 de dezembro de 2017		
Acionista	Nº Ações	% Capital Social
Crédit Agricole Assurances, S.A.	1.500.000,00	50,00000%
Seguradoras Unidas, S.A.	750.000,00	25,00000%
Novo Banco, S.A.	749.800,00	24,99334%
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	100,00	0,00333%
GNB – Gestão de Activos, S.A.	100,00	0,00333%
Total	3.000.000,00	100,00000%

1.1.5.1. Transmissibilidade das Ações

Os acionistas não transmitentes têm direito de preferência na transmissão a terceiros da totalidade ou de parte das ações que o acionista transmitente pretenda efetuar.

1.1.5.2. Alteração dos Estatutos da GNB Seguros

Qualquer alteração do Contrato de Sociedade da GNB Seguros, incluindo deliberações sobre alterações de capital, tem que ser submetida à aprovação da Assembleia Geral. As deliberações sobre a alteração do Contrato de Sociedade devem ser aprovadas por maioria de dois terços dos votos emitidos, devendo para o efeito estar presentes pelo menos 75% dos votos.

1.1.6 Política de Detecção e Correção de situações de incumprimento

A Política de Detecção e Correção de situações de incumprimento assenta nas principais linhas gerais:

- Colaboradores sujeitos ao dever de comunicação:* Todos os colaboradores têm obrigação de comunicar ao seu superior hierárquico;
- Entidade que recolhe a comunicação:* Direção de Controlo de Gestão, Risco e Compliance; a área de Compliance perante a comunicação referida, deve apreciar a situação descrita e determinar as ações que, perante cada caso concreto, entenda por convenientes. Para este fim, esta Direção poderá solicitar a colaboração da Direção de Auditoria Interna.

Se da apreciação da situação de irregularidade ficar provado que se tratou de uma violação de leis, regulamentos ou dos princípios e deveres internos, serão adotadas as medidas disciplinares necessárias com o objetivo de salvaguardar os interesses da Companhia, de acordo com a disposição da legislação em vigor.

- Comunicações Anónimas:* Não são admitidas nem serão tidas em conta comunicações anónimas. Toda e qualquer situação de deteção e correção de situações de incumprimento reportada serão tratadas confidencialmente, nomeadamente quanto à sua origem, e com a devida discrição;
- Não retaliação:* É expressamente proibida qualquer retaliação contra os Colaboradores que efetuem a referida comunicação;
- Arquivo das Comunicações:* Se derem origem a processos internos de investigação, são arquivadas confidencialmente até à conclusão dos respetivos processos. Findas as investigações, os dados serão eliminados nos termos e condições legalmente definidas.

1.1.7 Política de Remuneração

A Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral, fixa a remuneração dos membros dos Órgãos Sociais da GNB Seguros.

Anualmente, a Comissão de Vencimentos submete à apreciação da Assembleia Geral uma declaração sobre a Política de Remuneração dos membros dos Órgãos Sociais da GNB Seguros.

Essa declaração sobre a Política de Remunerações para 2016 foi aprovada na Assembleia Geral Anual do dia 31 de março de 2016 e teve o seguinte conteúdo:

- “ 1. *Considerando que a política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização da GNB Seguros deve ter por base a articulação com os mecanismos que assegurem o alinhamento dos interesses dos membros do Órgão de Administração com os objetivos estratégicos da empresa;*
2. *Considerando que a remuneração dos membros dos órgãos sociais deve ser estruturada de modo a remunerar, de forma justa e eficiente, a competência e dedicação de cada um dos seus membros, tendo em conta o respetivo desempenho individual e global;*
3. *Considerando que na GNB Seguros a aprovação da remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização é, nos termos estatutários, da competência da Comissão de Vencimentos;*
4. *Considerando que, para os membros executivos do Conselho de Administração, deve existir uma remuneração variável, a par da remuneração fixa, e que a referida remuneração variável deve depender do grau de cumprimento dos objetivos da empresa, tal como fixados pela totalidade do seu Conselho de Administração.*

Propõe-se a aprovação da seguinte declaração sobre Política de Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização da GNB SEGUROS:

a) Membros do Conselho de Administração

a) Presidente do Conselho de Administração (não executivo)

O Presidente do Conselho de Administração pode auferir uma remuneração fixa, paga 14 vezes ao ano.

b) Outros Membros não executivos do Conselho de Administração

Os membros não executivos do Conselho de Administração não têm remuneração fixa ou variável.

c) Membros executivos do Conselho de Administração

Composição da Remuneração

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração pode ser composta por duas componentes:

- i. *Fixa, com referência ao exercício em curso;*
A remuneração fixa é estabelecida pela Comissão de Vencimentos tendo em conta:
- 1. As remunerações pagas por empresas de dimensão semelhante a operar no setor segurador em Portugal;*
 - 2. As remunerações pagas em outras empresas do Grupo Económico dos acionistas para cargos de responsabilidade semelhante;*
 - 3. O desempenho individual anual de cada Administrador.*
- ii. *Variável, com referência ao ano anterior, estabelecida no primeiro trimestre do exercício em curso, segundo critérios abaixo definidos.*

Limites e Equilíbrio na Remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pela Comissão de Vencimentos em sede de Assembleia Geral, não podendo nunca ser inferior a 40% da remuneração total anual.

Como tal, a parte variável, a existir, representará no máximo 60% da remuneração total anual.

Crítérios de Definição da Componente Variável, Mecanismos de Limitação e Momento do seu Pagamento

A remuneração variável é referente ao desempenho de curto prazo.

A remuneração variável depende de decisão a tomar, caso a caso, pela Comissão de Vencimentos, e pode ou não ser atribuída anualmente considerando o desempenho individual e global dos membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração, bem como o grau de cumprimento dos objetivos globais da empresa no exercício económico anterior.

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor para os membros da Comissão Executiva, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não se considera necessário proceder ao diferimento de um parte da remuneração variável, sendo a mesma, se existir, paga de uma só vez.

Os membros do Conselho de Administração que desempenham funções em Órgãos de Administração de Sociedades em relação de Grupo com a GNB Seguros, podem ser remunerados pelas referidas Sociedades e/ou pela GNB Seguros, de acordo com o relevo das funções desempenhadas

b) Membros do Órgão de Fiscalização

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal inclui apenas uma componente fixa, mensal, paga 14 vezes ao ano, determinada anualmente pela Comissão de Vencimentos.

c) Membros da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral é determinada pela Assembleia Geral e corresponde a uma quantia fixa por presença em cada Assembleia.

A Comissão de Vencimentos deliberou em 11 de julho de 2017 as remunerações para 2017 de cada um dos membros dos Órgãos Sociais.

Em 2017, as remunerações suportadas pela GNB Seguros referentes aos membros dos seus Órgãos Sociais foi a seguinte:

Exercício de 2017				
Nome	Órgão Social	Remunerações fixas	Remunerações Variáveis e Outros Benefícios	Remunerações Totais pagas aos Órgãos Sociais
José António Nunes Coelho	Conselho de Administração	21.000 €		21.000 €
Paulo Alexandre Nunes Nogueira	Conselho de Administração	81.385 €		81.385 €
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Conselho de Administração	21.090 €		21.090 €
António Joaquim Andrade Gonçalves	Conselho Fiscal	12.863 €		12.863 €
José Maria Ribeiro da Cunha	Conselho Fiscal	3.500 €		3.500 €
Total		139.837 €	0 €	139.837 €

os valores apresentados referem-se apenas à parte suportada pela GNB Seguros

Exercício de 2016				
Nome	Órgão Social	Remunerações fixas	Remunerações Variáveis e Outros Benefícios	Remunerações Totais pagas aos Órgãos Sociais
José António Nunes Coelho	Conselho de Administração	19.500 €		19.500 €
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Conselho de Administração	97.228 €		97.228 €
António Joaquim Andrade Gonçalves	Conselho Fiscal	14.063 €		14.063 €
José Maria Ribeiro da Cunha	Conselho Fiscal	3.500 €		3.500 €
Total		134.291 €	0 €	134.291 €

os valores apresentados referem-se apenas à parte suportada pela GNB Seguros

1.2. Enquadramento macroeconómico

1.2.1. Situação económica internacional

O ano de 2017 foi marcado por uma aceleração da atividade nas principais áreas económicas, com a expansão do PIB mundial a subir de 3,2% para 3,7%. Pela primeira vez desde 2010, o crescimento da atividade global beneficiou simultaneamente do conjunto das economias avançadas e emergentes. O primeiro grupo registou uma aceleração de 1,7% para 2,3%, suportada por políticas monetárias e orçamentais expansionistas. No conjunto das economias emergentes, o crescimento do PIB subiu de 4,4% para 4,7%, beneficiando, entre outros fatores, da subida dos preços das matérias-primas e do dinamismo dos fluxos de comércio internacional.

Nos EUA, o PIB cresceu 2,3%, depois de um registo de 1,5% em 2016. Após um início de ano com um crescimento relativamente débil, a atividade económica recuperou a partir do 2º trimestre, assente num desempenho sólido do consumo privado e, sobretudo, numa aceleração do investimento das empresas.

A economia da Zona Euro cresceu 2,4% em 2017, acima das expectativas iniciais e em aceleração face ao registo de 1,8% observado em 2016. O consumo privado e o investimento exibiram crescimentos anuais relativamente estáveis, de 1,9% e 4,4%, respectivamente. Esta evolução da procura interna foi suportada por vários fatores: as condições monetárias e financeiras expansionistas, que se traduziram numa recuperação do crédito às famílias e às sociedades não financeiras; pelo recuo da taxa de desemprego, de 10% para 9,1% da população ativa; e por uma evolução muito positiva dos níveis de confiança dos consumidores e das empresas, refletindo em parte uma atenuação dos riscos políticos. As exportações da Zona Euro aceleraram em 2017, atingindo um crescimento anual de 5%, 1,7 p.p. acima do registo de 2016.

Ainda na Europa, o PIB do Reino Unido cresceu 1,8% em 2017, após uma expansão de 1,9% em 2016. O abrandamento da actividade é atribuível, sobretudo, à desaceleração do consumo privado e à erosão do poder de compra resultante da subida da inflação, de 0,7% para 3%. Esta subida, por seu turno, refletiu sobretudo os efeitos desfasados da depreciação da libra, após o referendo do Brexit, em Junho de 2016.

Na China, o PIB cresceu 6,9% em 2017, acima das expectativas. A aceleração face ao crescimento de 6,7% observado em 2016 – a primeira desde 2010 – ocorreu apesar da adoção de algumas medidas restritivas de política, que se traduziram numa desaceleração do crédito e do consumo no conjunto do ano. As exportações líquidas registaram o maior contributo para o crescimento desde 2008, beneficiando do maior dinamismo da actividade económica global.

1.2.2. Situação económica nacional

A economia nacional evidenciou em 2017 progressos relevantes em vários níveis, visíveis no crescimento económico e na redução do desemprego, do deficit e da dívida pública, superando as expectativas dos agentes económicos.

De facto, a atividade económica em Portugal expandiu-se 2,6% em 2017, acima das expectativas e do registo de 1,5% observado em 2016. Em contraste com o ano anterior, a procura interna aumentou o seu contributo para o PIB, com o consumo privado a exibir um crescimento relativamente estável, em torno de 2,2%, e com o investimento a registar uma aceleração expressiva, de 0,9% para 8,4%, beneficiando da melhoria das condições de financiamento, de uma recuperação do investimento

público e, no caso das empresas, da necessidade de renovação ou expansão da capacidade produtiva, no contexto de uma melhoria das perspectivas para a procura interna e externa.

A confiança das famílias atingiu, em 2017, máximos históricos, suportada pela redução da taxa de desemprego, de 11,1% para 8,9% da população ativa, e pelo aumento do rendimento disponível, beneficiando da redução de impostos diretos e do aumento das remunerações. A recuperação do investimento imobiliário e a melhoria da confiança das famílias traduziram-se em aumentos muito expressivos dos fluxos de novo crédito à habitação e ao consumo, embora em níveis ainda significativamente inferiores aos observados antes da crise financeira.

A aceleração das importações em 2017 (de 4,1% para 8,7%) determinou um contributo ligeiramente negativo da procura externa líquida para o crescimento do PIB, não obstante o forte desempenho das exportações, que subiram 8,8%. O setor do turismo acentuou o dinamismo da actividade observado nos anos anteriores, contribuindo para variações homólogas de dois dígitos nas exportações de serviços ao longo de 2017 (10% no 3º trimestre).

A taxa média anual de inflação, medida pelo IPC, subiu de 0,6% para 1,4% e o défice público desceu de 2% para 1,2% do PIB, enquanto a dívida pública recuou de 130,4% para 126% do PIB.

Esta evolução benigna das contas públicas ajudou Portugal a abandonar, em Junho, o Procedimento por Défices Excessivos. Em setembro, a dívida pública portuguesa recuperou o estatuto de investment grade atribuído pela agência S&P, depois de um upgrade do rating soberano, de BB+ para BBB-, com outlook estável. Em dezembro, a agência Fitch elevou o rating de Portugal de BB+ para BBB. Neste contexto, e depois de atingir um máximo de 2 anos em Março (4,3%), a yield da OT a 10 anos recuou para 1,9% até final do ano. O spread face ao Bund alemão estreitou de um máximo de 387 bps, em Fevereiro, para 152 bps no final do ano. Seguindo a tendência positiva dos principais índices accionistas europeus, o PSI-20 valorizou 15,2% em 2017.

1.2.3. O setor segurador

O comportamento positivo da economia internacional e nacional tiveram também o seu reflexo no sector segurador.

Para além do efeito positivo na evolução dos mercados financeiros e na rentabilidade das carteiras de ativos das seguradoras, a revisão em alta dos ratings da dívida pública portuguesa e de alguns bancos trouxe ainda uma melhoria nos rácios de solvabilidade das seguradoras tendo em conta a exposição ainda relevante a estes emitentes.

No que diz respeito à evolução do negócio, de acordo com informação provisória disponível¹, a produção de seguro direto em Portugal em 2017 foi superior a 11,5 mil milhões de euros, apresentando um acréscimo de 6,3% face ao valor verificado em 2016. Para este crescimento foi determinante a inversão da evolução decrescente que o ramo Vida apresentou no ano anterior, tendo agora registado um crescimento de +5,8%. Já a produção dos ramos Não Vida mantiveram a tendência de crescimento, apresentando em 2017 um aumento da produção de +7,1%.

No ramo Vida, merecem particular relevo a evolução das contribuições para Planos Poupança Reforma (PPR) assim como o crescimento do volume de produção nos seguros ligados a fundos de investimento, ambos na ordem dos 30%. Estes últimos são certamente um reflexo de uma maior apetência das seguradoras para a comercialização deste tipo de produtos à luz do atual regime prudencial aplicável ao setor (Solvência II), mais sensível aos riscos inerentes a garantias financeiras.

No caso dos ramos Não Vida, a referida evolução sofreu particular influência dos ramos Acidentes e Doença (10,3%), Incêndio e Outros Danos (3%) e Automóvel (5,8%).

¹ Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF)

No grupo dos Acidentes e Doença, de realçar ainda o crescimento do ramo Acidentes de Trabalho (13% em 2017), algo que se vem verificando já nos últimos anos. A este crescimento não deverá ser estranho o crescimento da atividade económica mas também os efeitos de correções tarifárias para fazer face ao desequilíbrio que tem caracterizado a exploração deste ramo.

No que diz respeito aos resultados atingidos, de acordo com a informação provisória disponível, no final do exercício de 2017 os resultados líquidos das empresas de seguros sob supervisão prudencial da ASF atingiram o valor de 350 milhões de euros, representando um crescimento de 120% face ao ano anterior.

Num contexto económico favorável, registaram-se melhorias na componente técnica do resultado mas, fundamentalmente, é a componente financeira a grande responsável pela variação homóloga favorável do resultado agregado do setor, influenciada pelo comportamento da atividade económica e pelo contributo do andamento positivo dos mercados financeiros durante o ano de 2017.

Assim, uma parte significativa das empresas (34 em 43) apresentou resultados positivos no exercício de 2017.

No ano de 2017 é incontornável referir também o impacto significativo que os incêndios de grandes proporções, que afetaram o território nacional em junho e outubro de 2017, tiveram no sector segurador, em particular ao nível dos ramos não vida. Neste âmbito, é de sublinhar ainda a importância social e económica do sector ao mitigar, através da cobertura dos riscos, os danos que tais catástrofes provocaram, bem como a agilidade e celeridade que a generalidade do sector demonstrou na resposta às populações e entidades afetadas.

1.3. Principais indicadores e variáveis da atividade

	2017	2016	2015	Var.2017/ 2016	Var.2016/ 2015
(Unidade: Milhares de euros)					
Variáveis de Balanço					
Ativo	122.287	114.704	108.185	6,6%	6,0%
Liquidez, investimentos e outros tangíveis	103.464	101.329	93.716	2,1%	8,1%
Provisões técnicas de seguro direto	70.182	62.394	66.025	12,5%	-5,5%
Capital Próprio	31.372	34.443	29.956	-8,9%	15,0%
Variáveis de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos de seguro direto	77.252	71.602	69.974	7,9%	2,3%
Prémios emitidos líquidos de resseguro	63.087	61.787	62.091	2,1%	-0,5%
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	63.004	61.931	62.472	1,7%	-0,9%
Custos com sinistros (bruto)*	46.770	43.990	46.651	6,3%	-5,7%
Custos com sinistros líquidos de resseguro *	44.832	42.827	45.681	4,7%	-6,2%
Custos e gastos de exploração líquidos	11.014	9.558	10.173	15,2%	-6,0%
Actividade Financeira Líquida	2.045	1.428	1.805	43,2%	-20,9%
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	1.255	1.413	1.536	-11,2%	-8,0%
Ganhos líquidos de ativos e passivos	790	16	271	4917,9%	-94,2%
Perdas de Imparidade	0	0	3	-100,0%	-80,0%
Resultado Líquido do exercício	6.322	9.461	5.885	-33,2%	60,8%
Outras variáveis e rácios					
Nº de apólices - Carteira em Vigor	435.996	431.532	424.039	1,0%	1,8%
Nº de colaboradores	54	54	57	0	-3
Resultado líquido / prémios brutos emitidos	8,2%	13,2%	8,4%		
Resultado líquido / prémios adquiridos líquidos de resseguro	10,0%	15,3%	9,4%		
Resultado líquido / capital próprio	20,2%	27,5%	19,6%		
Nº de apólices em vigor / nº colaboradores	8.074	7.991	7.439		
Prémios brutos emitidos / nº colaboradores	1.431	1.326	1.228		
Resultado líquido / nº colaboradores	117	175	103		
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos	65,3%	62,5%	65,2%		
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	71,2%	69,2%	73,1%		
Custos e gastos de Exploração/Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	17,5%	15,4%	16,3%		
Rácio combinado, líquido de resseguro	88,6%	84,6%	89,4%		

* Inclui custos de gestão de sinistros

1.4. A atividade da GNB Seguros

1.4.1 Introdução

Apesar de um contexto ainda de forte incerteza associado ao processo de reestruturação levado a cabo no Grupo Novo Banco e de o banco se manter focalizado em outros objetivos mais imediatos que não a venda isolada de seguros, a GNB Seguros beneficiou do retomar da dinâmica de concessão de crédito, existindo ao longo de todo o ano também uma forte orientação para a colocação de seguros dos produtos vinculados à atividade de crédito a particulares.

Por outro lado, na continuidade do verificado anteriormente, mantiveram-se alguns condicionalismos organizacionais e a contenção ao nível das despesas e investimentos a realizar.

Foi neste contexto que a GNB Seguros procurou continuar a responder, com a qualidade reconhecida, às necessidades imediatas dos seus clientes e parceiros e prosseguiu, na medida do possível, com a adequação da sua estrutura, processos e ferramentas para responder às necessidades do exercício da atividade num contexto cada vez mais exigente.

Apesar de uma envolvente conjuntural ainda desfavorável, a obtenção de resultados técnicos em linha com o previsto associada a uma manutenção de reduzidos custos operacionais permitiram à Companhia obter um resultado líquido acima do previsto, mantendo uma solidez económica, com adequados níveis de capital e solvência.

1.4.2 Produção

A produção total obtida em 2017, através das redes do Novo Banco, do Novo Banco dos Açores, do Banco BEST e do Credibom, foi de 69.872 contratos, o que representa um decréscimo em relação a 2016 de 2.118 contratos (- 2,9%). Registou-se um grau de cumprimento face ao objetivo de 72,8%, ou seja, um desvio desfavorável de 27,2% em relação ao previsto (- 26.044 apólices).

De salientar que, apesar de uma redução da atividade comercial face a 2016, esta registou no ano corrente um volume de produção superior aos verificados nos anos posteriores ao colapso do BES. Em 2017, pela positiva, destacam-se os produtos “Proteção ao Crédito” (acompanhando um período de retoma na concessão de crédito), “AP Boas Vindas”, “Riscos Múltiplos Habitação” e “AP Protecção Salário”. Pela negativa, destacam-se o ramo Doença (forte decréscimo face ao ano anterior, essencialmente nos produtos Dental Care e Saúde Ativa) e o ramo Automóvel.

No ano de 2017, a GNBS manteve a tendência de crescimento da Carteira que se registou no ano anterior, atingindo no final do ano um aumento de 1,0% (+ 4.464 apólices) face à carteira em vigor existente em dezembro/2016.

Destaca-se essencialmente o aumento da carteira nos Seguros de Protecção ao Crédito, Protecção Salário e AP Boas Vindas. Pela negativa destacam-se o Seguro Doença (com - 3.569 apólices em Carteira do que as existentes em 2016) e o Seguro Automóvel com - 1.549 apólices em Carteira (apesar da redução das taxas de anulação do produto ao longo de 2017, a produção nova não foi suficiente para fazer face à erosão da carteira).

	2017	2016	2015	Var.2017/ 2016	Var.2016/ 2015
Nº de apólices vendidas	69.872	71.990	57.760	-2,9%	24,6%
Nº de apólices - carteira em vigor	435.996	431.532	424.039	1,0%	1,8%

Com um volume de 77.252 milhares de euros, os prémios brutos emitidos apresentaram um crescimento de 7,9% face ao registado em 2016 (+ 5.650 milhares de euros), influenciado pelo acréscimo nos Seguros de Acidentes Pessoais (+ 69,8%). Dentro deste ramo, destaca-se o comportamento positivo face a 2016 do Seguro de Proteção ao Crédito (traduzindo um período de retoma na concessão de Crédito), com um crescimento de 100,6% em relação a 2016 (+ 4.326 milhares de euros).

Este crescimento dos prémios brutos emitidos verificado na Companhia esteve acima do registado no mercado dos seguros não vida, que continuou a crescer em 2017 a um ritmo assinalável (+ 7,1%), tendo registado inclusive a maior taxa de crescimento anual desde 2004. Em 2017, a GNB Seguros manteve a sua quota de mercado global nos seguros não vida nos 1,7% e o 13º lugar no ranking das seguradoras não vida.

Milhares de Euros	2017	2016	2015	Var.2017/ 2016	Var.2016/ 2015
PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	77.252	71.602	69.974	7,9%	2,3%
Acidentes de Trabalho	105	86	56	22,8%	53,1%
Acidentes Pessoais	10.737	6.324	3.999	69,8%	58,2%
Doença	26.471	25.808	26.023	2,6%	-0,8%
Riscos Múltiplos Habitação	24.358	23.854	24.180	2,1%	-1,3%
Automóvel	15.580	15.530	15.716	0,3%	-1,2%
Quota de Mercado	1,7%	1,7%	1,8%		

1.4.3 Custos com Sinistros

Os custos com sinistros de Seguro Direto (montante bruto, incluindo custos de gestão) atingiram os 46.770 milhares de euros, apresentando um crescimento de 6,3% face a 2016.

As prestações pagas e os custos de gestão imputados à função sinistros diminuíram face a 2016, o que foi compensado desfavoravelmente pelo aumento da variação da provisão para sinistros com um impacto mais gravoso do que o ocorrido no ano anterior.

A redução dos custos imputados à função sinistros encontra-se influenciada pela revisão em baixa dos honorários pela gestão de produtos de saúde contratada a entidade externa (aditamento ao contrato de prestação de serviços entrou em vigor em 01/09/2016).

Os custos com sinistros líquidos de resseguro totalizaram 44.832 milhares de euros, aumentando 4,7% face ao ano anterior, consequência do efeito do resseguro cedido, cujo impacto foi mais favorável do que o registado no ano anterior.

(Unidade: Milhares de euros)	2017	2016	2015	Var.2017/ 2016	Var.2016/ 2015
De seguro direto	46.770	43.990	46.651	6,3%	-5,7%
Custos diretos com sinistros	41.638	37.790	40.391	10,2%	-6,4%
Prestações	39.052	40.700	37.736	-4,0%	7,9%
Variação da provisão para sinistros	2.586	-2.910	2.655	188,9%	-209,6%
Custos imputados à função sinistros	5.131	6.200	6.260	-17,2%	-1,0%
De resseguro cedido	1.937	1.163	970	66,6%	19,9%
Montantes pagos	1.652	1.285	1.010	28,5%	27,3%
Variação da provisão para sinistros	286	-122	-40	333,9%	-208,5%
Custos com sinistros líquidos de resseguro	44.832	42.827	45.681	4,7%	-6,2%

No que se refere às taxas de sinistralidade de seguro direto (medida pela relação entre os custos com sinistros registados no exercício e os prémios adquiridos), verificamos um agravamento de 2,7 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

No Riscos Múltiplos Habitação registou-se uma taxa de sinistralidade de 52,4%, apresentando uma degradação de 7,6 pontos percentuais face a 2016. A este aumento da sinistralidade no seguro direto não estão alheios os incêndios de grandes proporções que ocorreram em junho e outubro de 2017, embora a dimensão dos custos associados tenha sido mitigada pela utilização do resseguro existente.

A taxa de sinistralidade do Seguro Automóvel é de 67,9% em 2017 registando um forte aumento face à taxa registada no período homólogo do ano anterior (49,8%). Este aumento face ao ano anterior é explicado por em 2016 se terem efetuado elevadas regularizações de provisionamento dos processos em curso e dos sinistros ocorridos e ainda não declarados.

A taxa de sinistralidade do Seguro Doença situa-se nos 68,9% em 2017 face aos 70,1% verificados no ano anterior. Apesar do aumento do provisionamento (Reservas de IBNR e Provisão para Sinistros), face a 2016, a redução da sinistralidade face ao ano anterior é explicada pelo menor volume verificado nos montantes pagos.

Taxa de Sinistralidade Seguro Directo (Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos)

	2017	2016	2015	Var.2017/ 2016	Var.2016/ 2015
Total	65,3%	62,5%	65,2%	2,7 pp	- 2,6 pp
Custos diretos com sinistros	58,1%	53,7%	56,4%	4,4 pp	- 2,7 pp
Acidentes de Trabalho	103,4%	14,3%	24,1%	89,1 pp	- 9,8 pp
Acidentes Pessoais	-0,5%	24,3%	5,8%	- 24,8 pp	18,5 pp
Doença	68,9%	70,1%	70,4%	- 1,2 pp	- 0,3 pp
Riscos Múltiplos Habitação	52,4%	44,8%	42,5%	7,6 pp	2,3 pp
Automóvel	67,9%	49,8%	71,4%	18,1 pp	- 21,5 pp
Custos imputados à função sinistros	7,2%	8,8%	8,7%	- 1,7 pp	0,1 pp

As taxas de sinistralidade líquidas de resseguro registam um aumento de 2,0 pp face a 2016, ligeiramente inferior ao aumento registado no Seguro Direto.

Taxa de Sinistralidade Líq. Resseguro (Custos c/ Sinistros líquidos resseguro / Prémios Adquiridos líquidos resseguro)

	2017	2016	2015	Var.2017/ 2016	Var.2016/ 2015
Total	71,2%	69,2%	73,1%	2,0 pp	- 4,0 pp
Custos diretos com sinistros	63,0%	59,1%	63,1%	3,9 pp	- 4,0 pp
Acidentes de Trabalho	172,7%	2,5%	7,5%	170,2 pp	- 5,0 pp
Acidentes Pessoais	-75,6%	60,1%	4,7%	- 135,7 pp	55,4 pp
Doença	70,0%	71,4%	71,9%	- 1,4 pp	- 0,4 pp
Riscos Múltiplos Habitação	51,3%	46,3%	46,1%	5,0 pp	0,2 pp
Automóvel	76,6%	57,5%	78,3%	19,1 pp	- 20,8 pp
Custos imputados à função sinistros	8,1%	10,0%	10,0%	- 1,9 pp	0,0 pp

1.4.4 Custos e Gastos de Exploração

Os custos de exploração líquidos apresentam um aumento de 15,2% em relação ao ano de 2016.

(Unidade: Milhares de euros)	2017	2016	2015	Var.2017/ 2016	Var.2016/ 2015
Custos de Exploração Líquidos	11.014	9.558	10.173	15,2%	-6,0%
Custos de aquisição	11.582	8.607	8.479	34,6%	1,5%
Comissões (Intermediação de produtos de Seguros)	10.220	7.332	7.385	39,4%	-0,7%
Outras Comissões e Custos de Aquisição	509	404	388	26,1%	4,0%
Custos imputados à função aquisição	852	871	706	-2,1%	23,3%
Custos de aquisição diferidos (variação)	-998	-96	57	-937,2%	-269,2%
Gastos administrativos	3.446	3.159	4.578	9,1%	-31,0%
Custos imputados à função administrativa	3.446	3.159	4.578	9,1%	-31,0%
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-3.016	-2.111	-2.941	-42,9%	28,2%
Comissões de resseguros cedido	-2.071	-1.973	-2.098	-5,0%	6,0%
Participação nos resultados de resseguro	-945	-138	-844	-582,3%	83,6%

Este aumento resulta de uma combinação de diferentes fatores distintos, em que se destacam:

- Forte aumento de 39,4% nas comissões por intermediação de produtos de seguros.

As comissões diretamente associadas ao volume de prémios e as comissões associadas à evolução de carteira apresentam um crescimento, naturalmente associado ao aumento do volume de negócios (as primeiras crescem 11,6% / + 771 milhares de euros em relação ao período homólogo; as segundas apresentam um crescimento de 65,5% / + 185 milhares de euros);

As Comissões Variáveis, associadas à qualidade da carteira, ascendem a 2.361 milhares de euros, registando um aumento de 451,4% (+ 1.933 milhares de euros) face às registadas no período homólogo do ano anterior. Este elevado crescimento deve-se à melhoria verificada no rácio de sinistralidade de sinistros ocorridos em anos anteriores no seguro Riscos Múltiplos Habitação quando do cálculo final das comissões associadas a 2016, originando um valor adicional de 1.632 milhares de euros.

- Aumento de 26,1% face ao período homólogo do ano anterior (+ 105 milhares de euros) em Outras Comissões e Custos de Aquisição, explicadas por diversas rubricas:
 - ✓ Aumento dos custos de dinamização da rede, com + 148 milhares de euros do que o registado no período homólogo do ano anterior devido a um maior incremento na dinamização comercial em 2017;
 - ✓ Diminuição das Comissões Extraordinárias dos designados “Planos” face ao período homólogo do ano anterior em - 22 milhares de euros, consequência da erosão da Carteira destes;
 - ✓ Efeito favorável da regularização dos “Planos” vendidos durante a Campanha de 2009 face ao período homólogo do ano anterior (impacto de - 21 milhares de euros, beneficiando do efeito conjugado entre a correção do diferimento de custos de contratos anulados e o acerto referente aos reembolsos efetuados pelos clientes nos Planos anulados).
- Efeito favorável nos Custos de Aquisição Diferidos com + 902 milhares de euros face a 2016, decorrente da associação dos custos de aquisição aos produtos de maior diferimento temporal, como são os associados à proteção ao crédito.

- Aumento do valor das Comissões e participação nos resultados de resseguro cedido em 905 milhares de euros.

A evolução dos custos de exploração por ramo é demonstrativa do referido anteriormente.

As comissões e participação nos resultados de resseguro dos Acidentes Pessoais incluem custos de aquisição diferidos referentes a resseguro, nomeadamente no que se refere aos seguros de “Proteção ao Crédito” e “Proteção Salários”, considerando a duração dos contratos.

(Unidade: Milhares de euros)	2017	2016	2015	Var.2017/ 2016	Var.2016/ 2015
Custos de Exploração Líquidos	11.014	9.558	10.173	15,2%	-6,0%
Acidentes de Trabalho	23	15	13	52,3%	18,4%
Acidentes Pessoais	-1.371	-674	-1.390	-103,4%	51,5%
Doença	3.089	3.022	3.352	2,2%	-9,8%
Riscos Múltiplos Habitação	6.295	4.516	5.134	39,4%	-12,0%
Automóvel	2.978	2.678	3.064	11,2%	-12,6%
Custos de Exploração Seguro Directo	14.029	11.669	13.114	20,2%	-11,0%
Acidentes de Trabalho	38	27	24	41,5%	11,0%
Acidentes Pessoais	1.567	1.345	1.456	16,5%	-7,6%
Doença	3.152	3.103	3.437	1,6%	-9,7%
Riscos Múltiplos Habitação	6.295	4.516	5.134	39,4%	-12,0%
Automóvel	2.978	2.678	3.064	11,2%	-12,6%
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-3.016	-2.111	-2.941	-42,9%	28,2%
Acidentes de Trabalho	-15	-12	-11	-27,5%	-2,6%
Acidentes Pessoais	-2.938	-2.019	-2.845	-45,5%	29,1%
Doença	-63	-81	-85	21,9%	4,4%
Riscos Múltiplos Habitação	0	0	0	-	-
Automóvel	0	0	0	-	-

1.4.5 Gastos Gerais por Natureza

Os custos e gastos por natureza a imputar apresentaram em 2017 uma diminuição de 800 milhares de euros (- 7,7%) em relação ao período homólogo do ano anterior.

(Unidade: Milhares de euros)	2017	2016	2015	Var.2017/ 2016	Var.2016/ 2015
CUSTOS IMPUTADOS POR FUNÇÕES	9.562	10.362	11.668	-7,7%	-11,2%
Custos com sinistros	5.131	6.200	6.260	-17,2%	-1,0%
Custos de aquisição	852	871	706	-2,1%	23,3%
Gastos administrativos	3.446	3.159	4.578	9,1%	-31,0%
Custos de gestão de investimentos	133	133	124	-0,4%	7,1%

A distribuição dos custos por natureza a imputar pelas diversas funções é feita por imputação direta às funções (para as rubricas que se identificam com as funções) e por imputação em função da % de tempo dedicada a cada função pelos colaboradores da Companhia (tendo por base os Centros de Custo, representativos da estrutura funcional e organizacional).

(Unidade: Milhares de euros)	2017	2016	2015	Var.2017/ 2016	Var.2016/ 2015
CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	9.562	10.362	11.668	-7,7%	-11,2%
GASTOS DE NATUREZA OPERACIONAL	9.458	10.261	11.577	-7,8%	-11,4%
Gastos com pessoal	2.462	2.379	2.886	3,5%	-17,5%
Fornecimentos e serviços externos	6.323	6.827	7.665	-7,4%	-10,9%
Impostos e taxas	309	293	291	5,6%	0,6%
Depreciações e amortizações do exercício	365	762	735	-52,1%	3,7%
GASTOS DE NATUREZA FINANCEIRA	104	101	92	2,8%	9,7%
Juros suportados	0	0	0	-	-
Comissões	104	101	92	2,8%	9,7%
Outras provisões	0	0	0	-	-

Prosseguindo uma política de otimização do seu funcionamento, os gastos de natureza operacional da GNB Seguros ascendem a 9.458 milhares de euros, apresentando uma melhoria (-7,7%) comparativamente a 2016. De referir que estes gastos incluem na rubrica de fornecimentos e serviços externos, os custos relacionados com a gestão de serviços de Saúde, Auto e Acidentes Pessoais efetuados por entidade externa, que são registados primeiro nesta natureza e posteriormente integralmente imputados à função sinistros. Excluindo estes, os gastos de natureza operacional ascenderiam a 6.742 milhares de euros e apresentariam um crescimento de 1,6% face ao ano anterior.

Os “Gastos com Pessoal” totalizaram 2.462 milhares de euros, aumentando 82 milhares de euros (+ 3,5%) face a 2016. Esta evolução é explicada essencialmente pelo aumento na rubrica “Benefícios pós-emprego” com + 122 milhares de euros do que em 2016, que se deveu às provisões criadas para potenciais responsabilidades associadas a esta rubrica.

Os “Fornecimentos e Serviços Externos” (FSE) ascendem a 6.323 milhares de euros (incluindo os honorários pela prestação de serviços externos relacionados com a gestão dos produtos Saúde, Auto e Acidentes Pessoais) e registam uma diminuição face ao ano anterior de 504 milhares de euros (-7,4%). Esta diminuição face a 2016 resulta essencialmente do efeito conjugado entre a redução dos “fees” a pagar à Advancecare em - 909 milhares de euros (decorrente de renegociação das condições) e o aumento em diversas rubricas de FSE, entre as quais se destacam as atividades de “Consultoria” e “Trabalhos Executados no Exterior – Informática”, principalmente associadas a projectos regulamentares (com + 195 milhares de euros e + 79 milhares de euros, respetivamente) e as “Despesas Bancárias – Comissões de Transferência” com + 132 milhares de euros (inclui comissões de transferência SEPA).

A evolução dos “Impostos e Taxas” (+ 5,6%) face a 2016 é devido principalmente à “Taxa para a ASF”, decorrente do crescimento do volume de prémios da Companhia.

As “Depreciações e amortizações do exercício” registaram um valor de 365 milhares de euros, diminuindo 397 milhares de euros (- 52,1%) face a 2016, o que se explica pelo término do período de vida útil de alguns bens do parque Imobilizado da Companhia (essencialmente nas rubricas de “Software” e de “Despesas em edifícios arrendados”) e a um reduzido volume de novos investimentos.

1.4.6 Rácio Combinado

A evolução dos rácios de custos com sinistros líquidos de resseguro e custos e gastos de exploração líquidos de resseguro em relação aos prémios adquiridos líquidos de resseguro foi a seguinte:

	2017	2016	2015	Var.2017/ 2016	Var.2016/ 2015
Rácio de Despesas liquidas de resseguro (Custos e Gastos de Exploração liq.resseguro / Prémios Adquiridos liq.resseguro)	17,5%	15,4%	16,3%	13,3%	-5,2%
Doença	11,9%	12,0%	13,1%	-0,8%	-8,8%
Riscos Múltiplos Habitação	28,0%	20,3%	23,0%	37,9%	-11,8%
Automóvel	21,8%	19,8%	22,4%	10,4%	-11,6%
Rácio de Sinistralidade líquida de resseguro (Custos com Sinistros liq. Resseguro / Prémios Adquiridos liq.resseguro)	71,2%	69,2%	73,1%	2,9%	-5,4%
Doença	79,7%	85,0%	87,6%	-6,3%	-2,9%
Riscos Múltiplos Habitação	57,0%	52,8%	50,8%	7,9%	4,1%
Automóvel	86,1%	67,1%	87,0%	28,4%	-22,9%
Rácio combinado, líquido de resseguro	88,6%	84,6%	89,4%	4,8%	-5,4%
Doença	91,6%	97,0%	100,7%	-5,6%	-3,7%
Riscos Múltiplos Habitação	84,9%	73,1%	73,7%	16,2%	-0,9%
Automóvel	108,0%	86,9%	109,4%	24,3%	-20,6%

1.4.7 Provisões Técnicas

As provisões técnicas apresentam um aumento de 12,5% em relação a 2016, situando-se nos 70.182 milhares de euros.

Esta evolução está fortemente influenciada pelo aumento da provisão para prémios não adquiridos (+ 4.588 milhares de euros do que em 2016), bem como pelo aumento da provisão para sinistros (+ 2.586 milhares de euros do que no ano anterior), em particular nos seguros Riscos Múltiplos Habitação (+ 1.530 milhares de euros para fazer face aos eventos ocorridos em 2017) e Automóvel (+ 959 milhares de euros).

(Unidade: Milhares de euros)	2017	2016	2015	Var.2017/ 2016	Var.2016/ 2015
Provisões técnicas	70.182	62.394	66.025	12,5%	-5,5%
Provisão para prémios não adquiridos	27.701	23.112	21.956	19,9%	5,3%
Provisão para sinistros	35.324	32.738	35.648	7,9%	-8,2%
De acidentes de trabalho	82	11	10	647,7%	10,0%
De outros ramos	35.242	32.727	35.638	7,7%	-8,2%
Provisão para participação nos resultados	0	0	0	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	2.571	2.329	2.096	10,4%	11,1%
Provisão para riscos em curso	2.587	2.215	1.811	16,8%	22,3%
Outras provisões técnicas	2.000	2.000	4.514	0,0%	-55,7%

Sem prejuízo de manter como eixo da sua atuação uma permanente adequação do nível de provisionamento às suas responsabilidades, a Companhia manteve uma abordagem prudente e conservadora na determinação do nível de provisionamento.

Tal situação é mais relevante no seguro Automóvel, nomeadamente no que se refere a responsabilidades com danos corporais, para fazer face à incerteza e volatilidade associada aos sinistros, em número ou custo, numa carteira relativamente reduzida.

O aumento na provisão para prémios não adquiridos (registra um acréscimo de 4.588 milhares de euros face a 2016), deve-se essencialmente ao seguro de Proteção ao Crédito (aumento de 4.400 milhares

euros face ao ano anterior), consequência do forte aumento dos prémios brutos emitidos registado neste produto em 2017 (trata-se de um produto com duração do risco a vários anos e com emissão de prémio único inicial, havendo assim que efetuar um diferimento do prémio ao longo da vida útil do contrato, feito através desta provisão).

1.4.8 Atividade Financeira

O valor total dos ativos financeiros (incluindo depósitos bancários) totalizou 103.451 milhares de euros no final de 2017, sendo constituído na sua maioria por obrigações, depósitos à ordem e depósitos a prazo. O total de Investimentos apresentou um aumento de 2,1% em relação a 2016.

(Unidade: Milhares de euros)	2017	2016	2015	Var.2017/ 2016	Var.2016/ 2015
INVESTIMENTOS	103.451	101.302	93.671	2,1%	8,1%
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	9.044	15.773	4.344	-42,7%	263,1%
Ativos financeiros detidos para negociação	0	0	0	-	-
Ativos disponíveis para venda	88.407	85.528	86.277	3,4%	-0,9%
Empréstimos e contas a receber	6.000	0	3.050	-	-100,0%
Investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	-	-

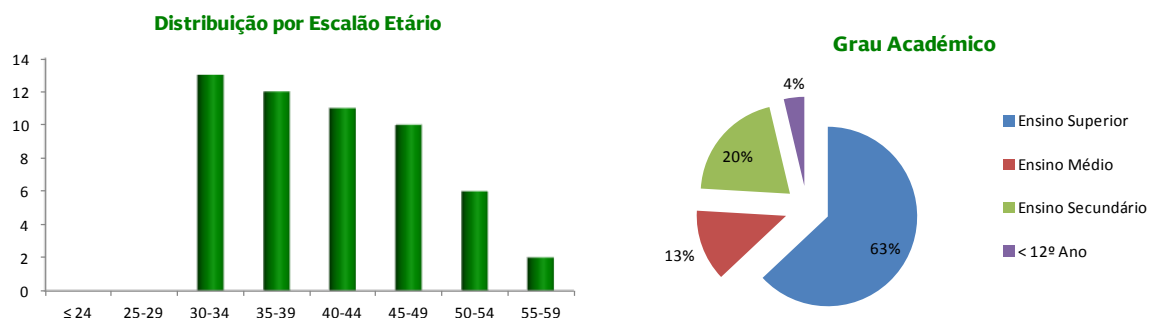
Apesar de se ter verificado uma diminuição nos rendimentos líquidos de gastos financeiros, no valor de 158 milhares de euros, consequência da diminuição da rentabilidade dos títulos por efeito da descida das taxas de juro, os resultados obtidos na atividade financeira líquida no exercício apresentou um aumento de 43,2% face a 2016, que decorre fundamentalmente de valias realizadas de investimentos, no valor de 774 milhares de euros.

(Unidade: Milhares de euros)	2017	2016	2015	Var.2017/ 2016	Var.2016/ 2015
Atividade Financeira Líquida	2.045	1.428	1.805	43,2%	-20,9%
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	1.255	1.413	1.536	-11,2%	-8,0%
Ganhos líquidos de ativos e passivos	790	16	271	4917,9%	-94,2%
Perdas de Imparidade	0	0	3	-100,0%	-80,0%

1.4.9 Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2017, a GNB Seguros tinha 54 colaboradores com vínculo contratual à Companhia, igual número ao existente no final de 2016, dos quais 49 como efetivos (menos 3 efetivos que em 2016).

Com uma média de idades de 43 anos, o escalão etário entre os 30 e os 39 anos é o que tem maior número de colaboradores. No que se refere à formação académica, 63% dos colaboradores têm formação académica de nível superior.



1.4.10 Resultado do Exercício e Capital Próprio

A GNB Seguros atingiu em 2017 um resultado líquido de 6.322 milhares de euros, representando 8,2% dos prémios brutos emitidos (13,2% em 2016) e uma diminuição de 33,2% em relação ao ano anterior, embora tenha apresentado um resultado acima do previsto. Recorde-se que em 2016 o resultado atingido foi fortemente influenciado por uma redução extraordinária no nível de provisionamento atendendo a uma reavaliação efetuada às responsabilidades existentes.

(Unidade: Milhares de euros)	2017	2016	2015	Var.2017/ 2016	Var.2016/ 2015
CAPITAL PRÓPRIO	31.372	34.443	29.956	-8,9%	15,0%
Capital	15.000	15.000	15.000	0,0%	0,0%
Outros instrumentos de capital	0	0	0	-	-
Reservas de reavaliação	2.789	3.959	3.338	-29,5%	18,6%
Reserva por impostos diferidos	-697	-990	-834	29,5%	-18,6%
Outras reservas	7.955	7.009	6.565	13,5%	6,8%
Resultados transitados	3	3	3	1,7%	7,3%
Resultado do exercício	6.322	9.461	5.885	-33,2%	60,8%

O capital próprio, no valor de 31.372 milhares de euros, apresentou uma diminuição de 8,9% (- 3.070 milhares de euros) relativamente ao verificado em 31 de dezembro de 2016.

Esta evolução do Capital Próprio, para além do contributo favorável do Resultado Líquido do exercício, é explicada pela variação desfavorável ocorrida na Reserva de Reavaliação no valor de 878 milhares de euros (líquida de impostos diferidos), decorrente da realização de valias, e pela distribuição de dividendos aos acionistas, no valor de 8.515 milhares de euros, referentes ao exercício de 2016.

1.4.11 Solvência II

O regime de Solvência II, que entrou em vigor em 2016, destaca-se não só por uma avaliação dos ativos e passivos baseada em princípios económicos mas também num alinhamento dos requisitos de capital com os riscos efetivamente assumidos pelas empresas e a existência de um modelo de negócio e uma cultura de gestão (e de supervisão) baseada nos riscos.

Ao longo do exercício, a GNB Seguros procedeu à avaliação regular dos requisitos de solvência e dos fundos próprios disponíveis, efetuando os reportes regulamentares previstos.

À data do presente relatório e de acordo com a informação reportada à ASF referente ao último trimestre de 2017, a situação de Solvência II da Companhia resume-se no quadro seguinte, apresentando valores confortáveis face aos requisitos regulamentares e aos definidos na Política de Appetite ao Risco da Companhia.

(Unidade: Milhares de euros)	2017 (*)	2016	Var.2017/ 2016
Fundos Próprios	37.997	33.968	11,9%
Requisito de Capital de Solvência (SCR)	17.927	20.398	-12,1%
Excesso/(insuficiência)	20.071	13.570	47,9%
Rácio SCR	212,0%	166,5%	45,4 pp

(*) Elementos previsionais, considerando a estimativa de distribuição de dividendos proposta pelo Conselho de Administração e incluída no presente relatório, e ainda sujeitos a auditoria no âmbito do reporte prudencial da informação anual a enviar à ASF em Maio de 2018

1.4.12 Síntese e Perspetivas

Após alguns anos de incerteza em torno do principal parceiro de negócio, o Novo Banco, no ano de 2017 conclui-se o processo de aquisição maioritária por parte de um novo acionista e a consequente capitalização do banco. Espera-se agora uma nova fase voltada para o desenvolvimento da atividade.

Neste contexto, a atividade da GNB Seguros em 2017 foi ainda pautada por um fraca evolução na generalidade dos produtos, exceção feita aos produtos ligados ao crédito, influenciados pelo dinamismo que o distribuidor colocou nesta atividade.

Contudo, mantiveram-se os bons níveis de resultados e solidez económica que vinha apresentando em anos anteriores, que não foram afetados pelos incêndios de grandes proporções que ocorreram em junho e outubro de 2017, devida á adequada mitigação dos riscos pela utilização de tratados de resseguro

No futuro próximo, a GNB Seguros procurará reforçar a sua relação com os diversos parceiros de negócio e, em particular, com os clientes do seu principal distribuidor, o Novo Banco. Por um lado, continuando a fidelizar e aumentar gradualmente o nível de equipamento dos clientes particulares, nomeadamente com produtos ligados ao crédito, um dos eixos expectáveis de crescimento da atividade do banco, mas também com produtos na área da saúde. Por outro, alargando a oferta de produtos de seguros a novos segmentos, na área das micro e pequenas empresas, fundamental para responder às necessidades dos clientes do banco deste segmento.

Em paralelo, o desenvolvimento da parceria com o Credibom é também um dos eixos de ação previstos para os próximos anos.

O ano de 2018 trará ainda desafios no campo regulamentar. Após a entrada em vigor do regime de Solvência II, a GNB Seguros está a prepara-se para responder às exigências do quadro regulamentar em que opera, como são exemplo o Regulamento Geral de Proteção de Dados e a Diretiva da Distribuição de Seguros.

Para responder a todas estas exigências, a GNB Seguros não poderá deixar também de atuar ao nível da adequação da estrutura operacional, dos processos e do modelo de governo que, associada a uma adequada Política de Subscrição, equilíbrio técnico, correta gestão dos seus riscos e prestação de níveis de serviço de excelência, serão um eixo estratégico a ter em conta, uma vez que são fundamentais para a eficiência do modelo de bancasseguros que permita continuar a acrescentar valor para os seus clientes, parceiros de negócio, colaboradores e acionistas.

1.5. Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício foi de 6.322.288,43 euros.

Adicionando a este resultado líquido o valor de 2.899,10 euros correspondente a resultados transitados, são suscetíveis de serem distribuídos 6.325.187,53 euros.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

- 1) 10% do resultado líquido do exercício, no valor de 632.229,00 euros, para Reserva Legal;
- 2) O valor de 5.691.000,00 euros para distribuição de dividendos aos acionistas, sendo 5.690.059,43 euros por aplicação do resultado do exercício e 940,57 euros por distribuição de resultados transitados.

1.6. Nota final

O conteúdo do presente relatório obedece às exigências normativas aplicáveis, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Conselho de Administração da GNB-Companhia de Seguros, S.A..

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento pela confiança dos clientes e apoio dos acionistas, bem como o empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados pelos colaboradores, fundamentais para que a GNB Seguros continue a atingir os objetivos a que se propõe.

Desejamos expressar também o nosso reconhecimento à imprescindível colaboração prestada pelo Grupo Crédito Agrícola e pelo Grupo Novo Banco.

Registamos também com elevado apreço a ação do Conselho Fiscal e agradecemos a colaboração prestada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e pela Associação Portuguesa de Seguradores, nos vários domínios das suas áreas de competência.

Lisboa, 19 de março de 2018

O Conselho de Administração

2. Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

2.1. Conta de Ganhos e Perdas

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

CONTA DE GANHOS E PERDAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	dezembro 2017			Valores em euros
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	dezembro 2016
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	63.004.256	-	63.004.256	61.930.764
Prémios brutos emitidos		77.252.067	-	77.252.067	71.601.832
Prémios de resseguro cedido		(14.165.022)	-	(14.165.022)	(9.815.195)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(5.586.710)	-	(5.586.710)	(1.252.558)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		5.503.921	-	5.503.921	1.396.685
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6	(44.832.202)	-	(44.832.202)	(42.827.179)
Montantes pagos		(42.532.173)	-	(42.532.173)	(45.614.808)
Montantes brutos		(44.183.735)	-	(44.183.735)	(46.900.043)
Parte dos resseguradores		1.651.562	-	1.651.562	1.285.235
Provisão para sinistros (variação)		(2.300.029)	-	(2.300.029)	2.787.629
Montante bruto		(2.585.837)	-	(2.585.837)	2.909.834
Parte dos resseguradores		285.808	-	285.808	(122.205)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	7	(614.006)	-	(614.006)	1.877.464
Custos e gastos de exploração líquidos	8	(11.013.546)	-	(11.013.546)	(9.557.938)
Custos de aquisição		(11.581.960)	-	(11.581.960)	(8.606.689)
Custos de aquisição diferidos (variação)		998.460	-	998.460	96.262
Gastos administrativos		(3.445.733)	-	(3.445.733)	(3.158.530)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		3.015.687	-	3.015.687	2.111.019
Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	9	1.387.683	-	1.387.683	1.546.095
Gastos financeiros - Outros		(132.736)	-	(132.736)	(133.223)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	12	790.164	-	790.164	15.747
Perdas de imparidade (líquidas reversão) de ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	(499)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	13	(735)	-	(735)	(1.312)
Outros rendimentos/gastos	13	-	(28.931)	(28.931)	(79.142)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		8.588.878	(28.931)	8.559.947	12.770.777
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	21	-	(2.229.937)	(2.229.937)	(3.373.465)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	21	-	(7.722)	(7.722)	64.075
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				6.322.288	9.461.387
Resultado por ação básico				2,11	3,15

2.4. Demonstração do Rendimento Integral

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DE
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	Notas do Anexo	2017	2016
Resultado líquido do exercício		6.322.288	9.461.387
Variação das reservas de reavaliação			
<i>Itens já classificados para a demonstração de resultados</i>			
Imparidades dos ativos financeiros disponíveis para venda		-	499
Vendas de ativos financeiros disponíveis para venda	12	(790.164)	(15.747)
<i>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>			
Variação do justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(379.845)	636.854
Variação dos impostos correntes e diferidos	21	292.502	(155.402)
Outras variações de capital próprio			
<i>Itens que não virão a ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>			
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting/remensurações atuariais)		-	(145.005)
Total do rendimento integral		5.444.781	9.782.586

2.2. Demonstração da posição financeira

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

ATIVO
EM 31 DE DEZEMBRO 2017 E 2016

Valores em euros

Demonstração da posição financeira	Notas do Anexo	dezembro 2017	dezembro 2016
ATIVO			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	14	9.043.920	15.773.250
Ativos financeiros disponíveis para venda	15	88.406.922	85.528.499
Empréstimos e contas a receber	16	6.000.092	-
Outros ativos tangíveis	17	13.153	27.272
Outros ativos intangíveis	18	278.378	431.545
Provisões técnicas de resseguro cedido	19	11.020.941	8.446.937
Provisão para prémios não adquiridos		6.339.591	4.051.395
Provisão para sinistros		4.681.350	4.395.542
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	20	4.701.589	3.460.518
Contas a receber por operações de seguro direto		1.103.647	533.789
Contas a receber por outras operações de resseguro		1.358.024	559.949
Contas a receber por outras operações		2.239.918	2.366.780
Ativos por impostos correntes	21	2.521.102	578.063
Acréscimos e diferimentos	22	301.077	458.060
TOTAL ATIVO		122.287.174	114.704.144

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S A

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

		Valores em euros	
Demonstração da posição financeira	Notas do Anexo	dezembro 2017	dezembro 2016
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas	19	70.182.295	62.394.204
Provisão para prémios não adquiridos		27.700.657	23.112.408
Provisão para sinistros de outros ramos		35.324.246	32.738.409
De acidentes de trabalho		82.250	11.000
De outros ramos		35.241.996	32.727.409
Provisão para desvios de sinistralidade		2.570.831	2.328.608
Provisão para riscos em curso		2.586.561	2.214.779
Outras provisões técnicas		2.000.000	2.000.000
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	11	196.079	74.079
Outros credores por operações de seguros e outras operações	23	9.980.722	10.124.156
Contas a pagar por operações de seguro directo		2.223.035	2.508.256
Contas a pagar por outras operações de resseguro		3.571.683	1.017.013
Contas a pagar por outras operações		4.186.004	6.598.887
Passivos por impostos	21	1.529.785	2.768.819
Passivos por impostos correntes		1.193.182	2.147.436
Passivos por impostos diferidos		336.603	621.383
Acréscimos e diferimentos	24	8.373.550	4.247.724
Outras Provisões	25	652.635	652.635
TOTAL PASSIVO		90.915.066	80.261.617
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	26	15.000.000	15.000.000
Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros		2.789.422	3.959.431
Reserva por impostos		(697.356)	(989.858)
Outras reservas		7.954.855	7.008.716
Resultados transitados		2.899	2.851
Resultado do exercício		6.322.288	9.461.387
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		31.372.108	34.442.527
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		122.287.174	114.704.144

2.3. Demonstração de Variações do Capital Próprio

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Valores em euros								
	Capital	Reserva de reavaliação	Reservas por impostos diferidos e correntes	Outras reservas		Resultados transitados	Resultados do exercício	Total de Capital Próprio
		Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva Legal	Outras reservas			
Balanco a 31 de Dezembro de 2015	15.000.000	3.337.825	(834.456)	6.198.450	366.750	2.658	5.885.214	29.956.441
Aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	621.606	-	-	-	-	-	621.606
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	(155.402)	-	-	-	-	(155.402)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	588.521	-	193	(588.714)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	(5.296.500)	(5.296.500)
Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital	-	-	-	-	(145.005)	-	-	(145.005)
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da variação do capital próprio	-	621.606	(155.402)	588.521	(145.005)	193	(5.885.214)	(4.975.301)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	9.461.387	9.461.387
Balanco a 31 de Dezembro de 2016	15.000.000	3.959.431	(989.858)	6.786.971	221.745	2.851	9.461.387	34.442.527
Aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(1.170.009)	-	-	-	-	-	(1.170.009)
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	292.502	-	-	-	-	292.502
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	946.139	-	48	(946.187)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	(8.515.200)	(8.515.200)
Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da variação do capital próprio	-	(1.170.009)	292.502	946.139	-	48	(9.461.387)	(9.392.707)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	6.322.288	6.322.288
Balanco a 31 de Dezembro de 2017	15.000.000	2.789.422	(697.356)	7.733.110	221.745	2.899	6.322.288	31.372.108

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

2.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	2017	2016
FLUXOS DE ATIVIDADE OPERACIONAL		
A Recebimentos		
Operações de Seguro	80.582.695	78.838.494
Operações de Resseguro	70.548	149.900
Outras Atividades Operacionais	2.371	1.354
B Pagamentos		
Operações de Seguro	(37.431.158)	(41.163.225)
Operações de Resseguro	(4.596.000)	(4.207.089)
Comissões	(7.612.413)	(9.208.084)
Outras Atividades Operacionais	(736)	(2.223)
C Pagamentos ao Pessoal	(1.215.368)	(1.231.738)
D Pagamentos a Fornecedores	(5.620.232)	(2.749.524)
E Outros pagamentos e recebimentos	(525.153)	386.977
F Impostos e Taxas	(9.455.173)	(8.208.095)
G Impostos sobre o rendimento	(4.634.485)	(1.876.406)
Fluxos de Atividade Operacionais (1)	9.564.896	10.730.341
FLUXOS DE ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
H Recebimentos		
Alienação de Investimentos	15.932.220	14.234.067
Alienação de Imobilizado	-	6.550
Dividendos	84.632	128.702
Juros	1.303.051	1.417.393
Outros Rendimentos	2.476	4.353
I Pagamentos		
Aquisição de Investimentos	(25.101.405)	(9.796.001)
Fluxos de Atividade de Investimento (2)	(7.779.026)	5.995.064
FLUXOS DE ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
J Pagamentos		
Dividendos	(8.515.200)	(5.296.500)
Fluxos de Atividade de Financiamento (3)	(8.515.200)	(5.296.500)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) -	(6.729.330)	11.428.905
K Caixa e seus equivalentes no início do exercício	15.773.250	4.344.345
L Caixa e seus equivalentes no final do exercício	9.043.920	15.773.250

2.6. Anexo às Demonstrações Financeiras

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Introdução

A Companhia (então designada por Espírito Santo, Companhia de Seguros, S.A) foi constituída por escritura celebrada em 12 de Setembro de 1996 com um Capital Social de €7.481.968,46, posteriormente atualizado para €15.000.000.

Em 27 de Junho de 2006 verificou-se a alteração do nome da Sociedade, passando a designar-se por BES, Companhia de Seguros, SA, com o N.º 503 718 092, de pessoa coletiva e de matrícula na C.R.C. de Lisboa, com sede na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75-11.º - 1070-061 Lisboa, Portugal.

Na mesma data, 50% do capital social da Companhia passou a ser detido pelo Crédit Agricole, S.A., ficando este com o controlo de gestão da Companhia; os restantes 50% são detidos pelo Grupo Banco Espírito Santo e pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

Em 2008, ocorreram alterações ao nível da estrutura acionista da Companhia com a transmissão da participação detida pelo Crédit Agricole, S.A para a Crédit Agricole Assurances de 1.500.000 ações, representativas de 50% do capital social e dos direitos de voto.

Em Agosto de 2014 com a resolução do Banco Espírito Santo a titularidade das ações pertencentes ao Banco Espírito Santo, S.A. e que representam 24,99334% do capital da Companhia passou para o Novo Banco, S.A., tendo posteriormente a Companhia alterado a sua designação para GNB – Companhia de Seguros, S.A, (“GNB Seguros” ou “Companhia”) conforme decisão da Assembleia Geral de 9 de Dezembro de 2014 e autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões de 30 de Dezembro de 2014.

A Companhia é consolidada nas demonstrações financeiras da Crédit Agricole Assurances S.A..

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 19 de Março de 2018.

Descrição da natureza do negócio

A GNB Seguros deu continuidade à sua atividade na área de Banca Seguros, ao servir os clientes particulares do Novo Banco, Novo Banco dos Açores e Banco BEST, com os produtos de base de seguros não-vida.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Descrição das bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nos registos contabilísticos da GNB Seguros, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para a atividade seguradora em conformidade com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros aprovado pela Norma Regulamentar n.º 10/2016-R15 de Setembro, emitidas pelo Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards*

Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

A Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram em ou após 1 de Janeiro de 2017, conforme referido na nota 30.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a GNB Seguros ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 30.

No âmbito da transposição do Regulamento (CE) n.º 606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, a GNB Seguros já adota os princípios de reconhecimento e mensuração estabelecidos pelos IFRS desde 1 de Janeiro de 2004, para efeitos de reporte aos Acionistas.

Foram também utilizadas as normas emitidas pela ASF que definem a contabilização das operações efetuadas pelas empresas de seguros.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2017, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras comparativas, com referência a 31 de Dezembro de 2016. A Companhia opera de acordo com o princípio da continuidade.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o atual Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Na nota 3 identificam-se as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras.

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

2.2. Especialização de Exercícios

Os proveitos e os custos são considerados quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento do recebimento ou pagamento, estando assim relevados nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

2.3. Responsabilidade por Férias e Subsídio de Férias

Esta responsabilidade está refletida na rubrica de “Acréscimos e diferimentos” do passivo, representando dois meses de remuneração a auferir pelos empregados em 2018 e respetivos encargos, ficando assim representadas as responsabilidades legais existentes, uma vez que o direito a estas remunerações foi adquirido no exercício de 2017.

2.4. Operações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

2.5. Instrumentos Financeiros Derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“*discounted cash flows*”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.6. Outros Ativos Financeiros (ver anexo 1)

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Companhia tem intenção e capacidade financeira de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através dos resultados ou como disponíveis para venda.

- *Investimentos disponíveis para venda*

Os investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem na categoria acima referida.

- *Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento*

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iii) de ativos financeiros detidos até à maturidade e, (iv) empréstimos e contas a receber são reconhecidos na data da negociação (“*trade date*”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, excepto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Os investimentos financeiros detidos até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

Os “Empréstimos concedidos e contas a receber” são reconhecidos ao justo valor no momento inicial e são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, através da taxa de juro efetiva, sendo deduzidas quaisquer perdas de imparidade.

- *Mensuração subsequente*

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são mensurados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de instrumentos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos financeiros detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados ao justo valor em três níveis, de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Mensuração ao justo valor, a saber:

Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas;

Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado;

Nível 3 - Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas de valorização em que os inputs não são observáveis em mercado.

Na forma de apuramento do justo valor apresentada nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para os títulos de dívida pública e ações, o justo valor foi obtido diretamente do mercado, ou seja, através de cotações dos títulos de dívida pública disponibilizadas na Bloomberg e dos preços das ações e futuros disponibilizados no mercado.
- Para a maior parte das obrigações e unidades de participação, o justo valor é obtido através da Bloomberg. Para as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação ao NAV (“*Net Asset Value*”) divulgado pelas respetivas sociedades gestoras.
- Para os restantes ativos financeiros (nomeadamente depósitos a prazo, obrigações ilíquidas, estruturados e derivados), a Companhia utiliza outras técnicas de valorização, nomeadamente modelos internos baseados na atualização dos fluxos de caixa futuros para a data do balanço, os quais são objeto de calibração regular com o mercado.

Transferências entre categorias de ativos financeiros

A IAS 39 permite que uma entidade transfira “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação” para as carteiras de “Ativos financeiros disponíveis para venda”, “Empréstimos concedidos e contas a receber” ou para “Investimentos financeiros detidos até à maturidade”, desde que esses ativos financeiros obedeçam às seguintes características:

- Se o ativo financeiro, na data da reclassificação deixar de ser detido para efeitos de venda ou recompra no curto prazo;
- O ativo financeiro corresponde à definição de empréstimos concedidos e contas a receber e a companhia tem a capacidade e intenção de deter os instrumentos no futuro previsível, ou até à maturidade;
- quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de “Ativos financeiros disponíveis para venda” para as categorias de “Empréstimos concedidos e contas a receber” e “Investimentos financeiros detidos até à maturidade” são também permitidas, em determinadas circunstâncias.

- *Imparidade*

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os instrumentos de capital cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A Companhia elegeu como critérios de imparidade os seguintes:

- Instrumentos de capital, o declínio de 50% do valor de mercado face ao valor de aquisição, ou uma desvalorização continuada por um período superior a 24 meses;
- Adicionalmente, para os instrumentos financeiros com menos valias não realizadas, a análise sobre a imparidade requer a aplicação de um julgamento. Uma diminuição de 30% durante 6 meses é um critério que ajuda a aplicar este julgamento;
- Instrumentos de dívida, incumprimentos do emissor.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

2.8. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, englobando as despesas necessárias à sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarem benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que refletem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Equipamento administrativo	12,50%
Máquinas e ferramentas	20 a 25%
Equipamento informático	10 a 33,33%
Instalações interiores	10%
Material de transporte	25%
Outros Equipamentos	12,50%
Património artístico	12,50%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.9. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 a 6 anos).

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software*, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada, não excedendo na sua maioria 3 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que refletem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Despesas de constituição e instalação	33,33%
Despesas de investigação e desenvolvimento	33,33%
Despesas em edifícios arrendados	10%
Equipamento informático (software)	16,66% a 33,33%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.10. Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – *Locações*. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo sejam transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais:

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

2.11. Benefícios aos empregados

Pensões

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos mesmos termos que os estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletivas de Trabalho (IRCT) aplicáveis ao sector segurador.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. Estas alterações mantiveram-se no Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE, n.º 4 de 29 de janeiro de 2016. Embora não sendo subscritora deste Acordo, a Companhia decidiu manter e aplicar desde 2017 os mesmos termos aí estabelecidos.

Das alterações referidas, são de salientar as seguintes: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (settlement).

A Companhia tem ainda responsabilidades com os Administradores, segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma estatuído no artigo 24º do Contrato de Sociedade aprovado em Conselho de Administração e em Assembleia Geral datada de 29 de Março de 2005.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiam de um plano individual de reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela segurança social. Para tal, a Companhia constituiu um seguro de vida de contribuição definida e com Capital Garantido, efetuando contribuições anuais tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador, aplicando em 2017 e 2016 os termos estabelecidos na regulamentação coletiva de trabalho aplicável ao sector segurador. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos legais, pelo trabalhador na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela segurança social, devendo pelo menos 2/3 ser convertido em renda vitalícia imediata mensal.

Benefícios de saúde

Adicionalmente a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma.

O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Distribuição de resultados aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias os acionistas aprovam anualmente em Assembleia-Geral uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos trabalhadores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

Os resultados atribuídos pela Companhia aos seus trabalhadores são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

2.12. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

O Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) é determinado com base em declaração de autoliquidação, elaborada de acordo com as normas fiscais vigentes, que fica sujeita a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos ou doze anos no caso de existirem prejuízos fiscais, contados a partir do exercício a que respeitam. Não se esperam ajustamentos às declarações já entregues.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovada à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

2.13. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.14. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de “Juros e proveitos similares” utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.15. Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

2.16. Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros define que os prémios de seguro direto sejam considerados, na sua totalidade, como proveitos no momento da emissão ou renovação da respetiva apólice. Define também que os sinistros sejam considerados no momento da sua participação. Assim, no final de cada exercício são realizadas determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como se segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

Provisão para Prémios Não Adquiridos

A Provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes após a dedução dos custos de aquisição diferidos.

Nos contratos de resseguro cedido as provisões para prémio não adquiridos são registadas como proveito no exercício a que respeitam da mesma forma que a provisão para sinistros de seguro direto.

Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor dos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2017 e ainda não participados (IBNR) e os custos diretos e indiretos associados com a regularização futura destes sinistros.

Esta provisão é calculada do seguinte modo:

- a) Com base na análise efetuada aos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- b) Pela aplicação de uma taxa, determinada individualmente para cada ramo através de estudos atuariais efetuados ao longo do exercício tendo por base as características específicas de cada um, ao valor dos custos do exercício relativos a sinistros declarados de cada ramo, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício;
- c) Pela projeção, dos custos associados à regularização dos sinistros já encerrados, aplicada aos sinistros em curso e à estimativa de sinistros ocorridos e ainda não participados.

Provisão para Riscos em Curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte, sendo calculada em conformidade com os critérios estabelecidos pela ASF.

Provisão para Desvios de Sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

Esta provisão foi constituída para o risco de fenómenos sísmicos, calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

Provisão para Envelhecimento

A provisão para envelhecimento destina-se a fazer face ao valor atuarial dos compromissos da Companhia no ramo Doença após dedução do valor atuarial dos prémios futuros.

Esta provisão, é calculada tendo por base as previsões de permanência dos segurados em carteira (tabelas de mortalidade e estudo de anulações) e os níveis de sinistralidade.

Provisões para o Resseguro Cedido

Nas provisões calculadas para o resseguro cedido foram utilizados os critérios acima mencionados para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, assim como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

2.17. Reporte por segmentos

Os segmentos operacionais correspondem a componentes da Companhia:

- a) Que prosseguem atividades de negócio das quais podem obter rendimentos e incorrer em gastos (incluindo rendimentos e gastos com transações com outros componentes da mesma Companhia);
- b) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisão, de maneira a tomar decisões acerca dos recursos a serem alocados ao segmento e avaliar a sua performance; e
- c) Para os quais existe informação financeira discreta disponível.

‘Os segmentos operacionais da GNB Seguros são apresentados de forma consistente com o reporte apresentado internamente ao Conselho de Administração, sendo este responsável pela alocação de recursos e avaliação de performance dos segmentos operacionais.

2.18. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da casa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

Durante os exercícios de 2017 e 2016, a Companhia não detinha ações próprias ou outros instrumentos de capital ou dívida suscetíveis de originar o efeito de diluição.

2.19. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contábilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contábilístico mais adequado. As principais estimativas contábilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contábilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contábilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contábilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.1. Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer um julgamento (Nota 2.6. Imparidade).

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

3.2. Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Seguradora, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da GNB Seguros, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.3. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.4. Provisões técnicas

Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor estimado, não descontado, dos custos com sinistros já ocorridos e ainda por liquidar, incluindo a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram sob gestão e dos sinistros ainda não reportados IBNR. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, na informação disponível e na aplicação de métodos atuariais.

Para a determinação desta provisão é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data. Nos ramos de Acidentes de Trabalho na parte não relativa a pensões e Automóvel, aplica-se o método do custo médio. É também calculada pelo método do custo médio a provisão para custos de gestão de sinistros.

Com exceção do ramo Acidentes de Trabalho, para o IBNR, foram feitas estimativas atuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo. Para o ramo de Acidentes de Trabalho, aplica-se uma taxa genérica de 6%, ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício.

Provisão Matemática

Efetua-se ainda uma Provisão Matemática no ramo de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2017 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de dezembro de 2017 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

As provisões matemáticas têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas, com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Provisão para Riscos em Curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte.

De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para Desvios de Sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

Esta provisão foi constituída para o risco de fenómenos sísmicos, calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pelo ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

Provisão para Envelhecimento

A provisão para envelhecimento destina-se a fazer face ao valor atuarial dos compromissos da Companhia no ramo Doença após dedução do valor atuarial dos prémios futuros.

Esta provisão, é calculada tendo por base as previsões de permanência dos segurados em carteira (tabelas de mortalidade e estudo de anulações) e os níveis de sinistralidade.

Provisões de Resseguro Cedido

Nas provisões calculadas para o resseguro cedido foram utilizados os critérios acima mencionados para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, assim como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor e em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

NOTA 4 – REPORTE POR SEGMENTOS

Segmento de negócio

A GNB Seguros opera nos ramos “Não-Vida”, explorando os ramos “Riscos múltiplos habitação”, “Automóvel”, “Doença” e “Acidentes” no âmbito das autorizações concedidas pela Autoridade de supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designado por ASF).

A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal.

Relato por segmentos de negócio

Conta de Ganhos e Perdas

	2017					
	Acidentes de trabalho	Acidentes Pessoais	Doença	Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	50.732	773.820	26.028.572	22.520.571	13.630.561	-
Prémios brutos emitidos	105.334	10.737.382	26.470.533	24.358.367	15.580.451	-
Prémios de resseguro cedido	(50.006)	(9.963.333)	(454.058)	(1.688.171)	(2.009.454)	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(4.596)	(5.504.150)	12.097	(149.625)	59.564	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	5.503.921	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(87.936)	574.141	(20.742.882)	(12.836.417)	(11.739.108)	-
Montantes pagos	(16.686)	(96.001)	(20.000.473)	(11.645.183)	(10.773.830)	-
Provisão para sinistros (variação)	(71.250)	670.142	(742.409)	(1.191.234)	(965.278)	-
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-	-	495.463	(242.223)	(867.246)	-
Custos e gastos de exploração líquidos	(22.768)	1.370.764	(3.088.782)	(6.294.591)	(2.978.169)	-
Custos de aquisição	(22.262)	(2.326.953)	(2.442.514)	(4.752.434)	(2.037.800)	-
Custos de aquisição diferidos (variação)	(633)	1.100.753	(12.963)	38.964	(127.660)	-
Gastos administrativos	(14.638)	(340.733)	(696.532)	(1.581.121)	(812.709)	-
Comissões e participação nos resultados de resseguro	14.765	2.937.697	63.227	-	-	-
Rendimentos	1.129	234.765	198.457	322.499	630.833	-
Gastos financeiro	(108)	(22.456)	(18.983)	(30.848)	(60.341)	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	642	133.678	113.004	183.635	359.205	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão) de ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	(735)	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	(28.931)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	(58.309)	3.064.712	2.984.114	3.622.626	(1.024.265)	(28.931)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	15.190	(798.383)	(777.386)	(943.724)	266.829	7.537
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	53	(2.765)	(2.692)	(3.268)	924	26
Resultado líquido do exercício	(43.066)	2.263.564	2.204.036	2.675.634	(756.512)	(21.368)

	2016					
	Acidentes de trabalho	Acidentes Pessoais	Doença	Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	39.711	805.310	25.268.734	22.281.717	13.535.292	-
Prémios brutos emitidos	85.772	6.324.474	25.808.247	23.853.828	15.529.511	-
Prémios de resseguro cedido	(39.221)	(5.520.156)	(468.352)	(1.704.466)	(2.083.000)	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(6.840)	(1.395.693)	(71.161)	132.355	88.781	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	1.396.685	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1.499)	(490.480)	(21.488.046)	(11.769.577)	(9.077.577)	-
Montantes pagos	(499)	(87.495)	(22.741.319)	(11.953.068)	(10.832.427)	-
Provisão para sinistros (variação)	(1.000)	(402.985)	1.253.273	183.491	1.754.850	-
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	8.253	-	2.018.318	(232.224)	83.117	-
Custos e gastos de exploração líquidos	(14.949)	673.899	(3.022.463)	(4.515.956)	(2.678.469)	-
Custos de aquisição	(16.687)	(1.339.222)	(2.472.482)	(2.999.804)	(1.778.494)	-
Custos de aquisição diferidos (variação)	1.260	280.138	(13.691)	(55.317)	(116.129)	-
Gastos administrativos	(11.101)	(285.519)	(617.230)	(1.460.835)	(783.846)	-
Comissões e participação nos resultados de resseguro	11.579	2.018.502	80.940	-	-	-
Rendimentos	789	201.573	251.162	368.190	724.381	-
Gastos financeiro	(68)	(17.369)	(21.642)	(31.726)	(62.418)	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	8	2.053	2.558	3.750	7.378	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão) de ativos disponíveis para venda	-	(65)	(81)	(119)	(234)	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	(1.312)	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	(79.142)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	32.245	1.174.921	3.007.228	6.104.055	2.531.470	(79.142)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(8.518)	(310.361)	(794.375)	(1.612.417)	(668.700)	20.906
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	162	5.895	15.088	30.626	12.701	(397)
Resultado líquido do exercício	23.889	870.455	2.227.941	4.522.264	1.875.471	(58.633)

O valor dos montantes pagos, apresentado acima, é líquido de reembolsos no montante de 3.504 milhares de euros (em 2016: 3.677 milhares de euros).

No anexo 3 estão discriminados os custos com sinistros por ramos.

NOTA 7 – OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO (VARIAÇÃO)

As outras provisões técnicas líquidas de resseguro são analisadas como segue:

	2017	2016
Provisão para desvios de sinistralidade	(242.223)	(232.224)
Provisão para riscos em curso	(371.783)	(404.093)
Outras provisões técnicas	-	2.513.781
	(614.006)	1.877.464

A variação da rubrica “outras provisões técnicas”, em 2016, diz respeito à Provisão para Envelhecimento da Carteira Saúde, na sequência de uma reavaliação das responsabilidades existentes neste domínio, em função da evolução da carteira em vigor no final do ano.

NOTA 8 – CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2017	2016
Custos de aquisição	(11.581.960)	(8.606.689)
Comissões por intermediação de produtos de seguro direto	(10.729.637)	(7.736.160)
Custos imputados à função aquisição (nota 10)	(852.323)	(870.529)
Outros	-	-
Custos de aquisição diferidos (variação)	998.460	96.262
Custos imputados à função administrativa (nota 10)	(3.445.733)	(3.158.530)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	3.015.687	2.111.019
Comissões de resseguros cedido	2.071.104	1.972.585
Participação nos resultados de resseguro	944.583	138.434
	(11.013.546)	(9.557.938)

NOTA 9 – RENDIMENTOS DE JUROS DE ATIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR POR VIA DE GANHOS E PERDAS

Rendimentos por categoria de investimento

Os rendimentos por categoria dos ativos financeiros são analisados como segue:

	2017	2016
Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de ativos disponíveis para venda	1.198. 403	1.356. 249
de empréstimos concedidos e contas a receber	189. 280	189. 846
	1.387. 683	1.546. 095

NOTA 10 – CUSTOS POR NATUREZA IMPUTADOS

Os custos por natureza imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e gestão de investimentos resumem-se como segue:

	2017	2016
Custos com sinistros (ver Nota 6)	(5. 131.299)	(6. 199.884)
Custos de aquisição (ver Nota 8)	(852.323)	(870.529)
Custos administrativos (ver Nota 8)	(3. 445.733)	(3. 158.530)
Custos de gestão de investimentos	(132.736)	(133.223)
	(9.562.091)	(10.362.166)

A sua desagregação por natureza é analisada como segue:

	2017	2016
Custos com pessoal	(2.461.517)	(2.379.203)
Fornecimentos e serviços externos	(6. 322.851)	(6. 826.940)
Impostos e taxas	(309.421)	(293.102)
Amortizações do exercício (ver notas 17 e 18)	(364.674)	(762.104)
Comissões	(103.628)	(100.817)
	(9.562.091)	(10.362.166)

O decréscimo de cerca de 50% nas amortizações é resultante do término do respetivo cálculo, de um valor significativo nos programas de computador, por terem alcançado o limite da sua vida útil.

Gastos com pessoal:

Número médio de trabalhadores

Durante os exercícios de 2017 e 2016, o número médio de Colaboradores pertencentes ao quadro efetivo ao serviço da Companhia, por categorias profissionais, foi o seguinte:

	2017	2016
Diretor	5	5
Técnico	19	19
Coordenador Operacional	3	4
Gestor Operacional	1	1
Gestor Técnico	1	1
Especialista Operacional	25	24
	54	54

Despesas com o pessoal

O montante dos gastos com o pessoal no exercício foi o seguinte:

	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais	(126.942)	(101.751)
Remunerações do pessoal	(1.635.860)	(1.740.722)
Encargos sobre remunerações	(393.270)	(389.993)
Benefícios pós emprego	(122.000)	1.384
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	(28.753)	(34.540)
Seguros obrigatórios	(28.152)	(26.359)
Custos de ação social	(85.687)	(80.913)
Outros custos com o pessoal	(40.853)	(6.309)
	(2.461.517)	(2.379.203)

Órgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

O montante das despesas com os órgãos sociais no exercício foi o seguinte:

	2017	2016
Conselho de Administração		
Remunerações e outros benefícios	(126.942)	(101.751)
Benefícios pós emprego	(122.000)	1. 384
Encargos sobre remunerações	(32.117)	(26.826)
	(281.059)	(127.193)

Os “Fornecimentos e serviços externos” são analisados como segue:

	2017	2016
Combustíveis	(9.406)	(12.121)
Água	(5.516)	-
Comunicação	(561.281)	(574.168)
Conservação e Reparação	(834.796)	(1.062.379)
Contencioso e notariado	(1.015)	(1.231)
Deslocações e Estadas	(18.601)	(19.038)
Despesas Bancárias - Comissões	(20.206)	(17.854)
Despesas de Condomínio	(994)	(17.096)
Electricidade	(37.732)	(13.551)
Gastos com Trabalho Independente	(22.528)	(24.414)
Gastos com Cobrança de Prémio	(129.496)	-
Impressos	(29.279)	(60.728)
Limpeza, Higiene e Conforto	(14.735)	(27.452)
Material de escritório	(10.050)	(9.108)
Outros Fornecedores e Serviços	(94.402)	(73.693)
Publicidade e Propaganda	(23.004)	(3.883)
Quotizações (Actividade)	(85.804)	(53.342)
Refeições no local de trabalho	-	705
Rendas e Alugueros	(258.046)	(143.156)
Seguros	(55.977)	(19.859)
Trabalhos Especializados	(4.109.983)	(4.693.532)
Vigilância e segurança	-	(1.040)
	(6.322.851)	(6.826.940)

A rubrica de “Gastos com cobrança de prémios” compreende os custos associados às cobranças SEPA. O montante registado em 2017 inclui igualmente o custo incorrido referente ao exercício de 2016.

A rubrica de “Trabalhos especializados” inclui em 2017 o montante de 2.716 milhares de Euros, respeitante a gestão dos sinistros dos contratos de seguro de doença (3.626 milhares de Euros em 2016).

Esta rubrica inclui ainda os serviços prestados pelos Revisores Oficiais de Contas da Companhia, que são analisados como segue:

Revisão legal das contas
Serviços distintos da auditoria, que são exigidos pela
legislação aplicável

2017	2016
35.055	37.208
26.445	19.249
61.500	56.457

NOTA 11 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões, plano de benefício definido

Conforme referido na Nota 2.11., foram estabelecidos planos de benefício definida para os colaboradores da Companhia, abrangendo os benefícios por morte, velhice e invalidez.

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões é efetuada anualmente, tendo a última sido elaborada com data de referência a 31 de Dezembro de 2017.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de Dezembro de 2017 e 2016, utilizados para determinar o valor atualizado das pensões para os colaboradores são as seguintes:

	2017	2016
Pressupostos financeiros		
Taxa de evolução salarial	0,75%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	1,00%
Taxas de rendimento do fundo	2,10%	2,25%
Taxa de desconto	2,10%	2,25%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Taxa de pré-reforma	5,00%	5,00%

Método de valorização atuarial

Projet Unit Credit Method

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11., a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de “rating” de elevada qualidade.

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os montantes reconhecidos no balanço podem ser analisados como segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades no final do período	(205 491)	(249 171)
Saldo do fundo no final do período	183 676	175 092
Activos/(passivos) a receber/entregar ao fundo	(21 815)	(74 078)
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço em 31 de Dezembro	(21 815)	(74 078)

Os Ativos/(Passivos) líquidos no balanço encontram-se refletidos na rubrica de “Ativos e Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” e incluem ainda uma provisão de €174.264 para fazer face a eventuais insuficiências no fundo.

A evolução das responsabilidades com pensões pode ser analisada como segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Responsabilidades em 1 de Janeiro	249 171	111 507
Custo dos juros	5 233	2 509
Benefícios pagos pela Companhia	-	(5 499)
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:		
- Outros (ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	(48 912)	140 653
Responsabilidades no final do período	205 491	249 171

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2017 e 2016 pode ser analisada como segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Saldo dos fundos em 1 de Janeiro	175 092	175 550
Rendimento real do fundo		
Rendimento esperado do Fundo	3 677	3 893
Ganhos e (perdas) actuariais	4 907	(4 351)
Saldo dos fundos no final do período	183 676	175 092

A evolução dos ativos a receber/passivos a entregar durante 2017 e 2016, pode ser analisada como segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Ativos/(passivos) a receber/entregar ao fundo em 1 de Janeiro	(74 078)	64 043
Custo do exercício	(1 556)	1 384
Ganhos e perdas actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	53 819	(145 004)
Contribuições efetuadas no exercício e benefícios pagos pela Companhia	-	5 499
Ativos / (responsabilidades) em balanço no final do período	(21 815)	(74 078)

A movimentação da reserva, relativa a custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 31 de Dezembro	(221 746)	(366 750)
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:		
- nas responsabilidades	(48 912)	140 653
- nos ativos do plano	(4 907)	4 351
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	(275 565)	(221 746)

Os custos do exercício com responsabilidades com pensões podem ser analisados como segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Custo/ (Proveitos) de juros	1 556	(1 384)
Custos do exercício no final do período	1 556	(1 384)

Os custos e os desvios actuariais referidos acima, respeitantes ao exercício de 2017, apenas serão reconhecidos nas contas de 2018.

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	em milhares de euros			
	2017	%	2016	%
Terrenos e edifícios	-	0,00%	10.329	19,55%
Acções e outros títulos de rendimento variável	16.480	30,43%	11.390	21,56%
Títulos de rendimento	35.913	66,31%	29.340	55,53%
Depósitos em instituições de crédito	1.944	3,59%	1.141	2,16%
Devedores e credores do fundo	(175)	-0,32%	634	1,20%
	54.162	100%	52.834	100%

Deve ser referido que os montantes acima divulgados são na totalidade relativos ao Plano de benefícios definidos (€183.676) e ao Plano de contribuição definida (€182.447), dos quais a Companhia representa 1,3% do total dos fundos.

A Companhia não utiliza ativos do fundo de pensões. O fundo não detém títulos emitidos pela Companhia.

Em Novembro de 2017, foi interposta uma ação judicial pela GNB Fundos de Pensões no sentido de clarificar a aplicação prática do regime previsto no art.º 402.º do Código das Sociedades Comerciais no Fundo de Pensões dos Administradores.

Por razões de prudência e meramente seguindo as políticas contabilísticas do grupo GNB, as responsabilidades, a 31 de Dezembro de 2017, do Fundo de Pensões dos Administradores foram calculadas sem a aplicação do referido limite.

NOTA 12 – GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os Ganhos e perdas de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor são analisados como segue:

	2017			2016		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Por alienação dos ativos e passivos disponíveis para venda	793.312	(3.148)	790.164	37.454	(21.707)	15.747
	793.312	(3.148)	790.164	37.454	(21.707)	15.747

NOTA 13 – OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS E NÃO TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os outros rendimentos e gastos são analisados como segue:

	2017		2016	
	Técnica	Não Técnica	Técnica	Não Técnica
Outros juros	4.369	16.557	4.294	(2.748)
Outros rendimentos/(gastos)	(5.104)	(45.488)	(5.606)	(76.394)
	(735)	(28.931)	(1.312)	(79.142)

NOTA 14 – CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é analisado como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		
Caixa	172	212
Depósitos à ordem	9.043.748	15.773.038
	<u>9.043.920</u>	<u>15.773.250</u>

NOTA 15 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é analisado como segue:

	Custo	Reserva de justo valor			Justo Valor	Juro decorrido	Valor de Balanço
	Amortizado ⁽¹⁾	Positiva	Negativa	Imparidade			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
De emissores públicos	11.771.211	662.683	-	-	12.433.894	97.046	12.530.940
De outros emissores	66.071.244	2.745.717	(18.013)	(998.596)	67.800.352	567.457	68.367.809
Ações	5	3	-	-	8	-	8
Outros títulos de rendimento variável	4.060.701	641.828	(72.787)	-	4.629.742	-	4.629.742
Saldo em 31 de dezembro de 2016	81.903.161	4.050.231	(90.800)	(998.596)	84.863.997	664.503	85.528.500
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
De emissores públicos	13.756.442	501.379	-	-	14.257.821	103.071	14.360.892
De outros emissores	68.569.250	1.999.293	(25.774)	(998.596)	69.544.173	456.979	70.001.152
Ações	5	3	-	-	8	-	8
Outros títulos de rendimento variável	3.730.350	322.087	(7.566)	-	4.044.871	-	4.044.871
Saldo em 31 de dezembro de 2017	86.056.046	2.822.762	(33.340)	(998.596)	87.846.872	560.050	88.406.922

(1) Ou custo de aquisição no caso de ações e outros títulos de rendimento variável

NOTA 16 – EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

A rubrica de “Empréstimos e contas a receber” é analisada como segue:

	2017	2016
Depósitos a prazo - Capital	6.000.000	-
Depósitos a prazo - Juro decorrido	92	-
	6.000.092	-

NOTA 17 – OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é analisado como segue:

	2017	2016
Equipamento		
Equipamento informático	484.048	484.048
Mobiliário e material	272.848	272.848
Instalações interiores	95.295	95.295
Máquinas e ferramentas	36.286	36.286
Outros	27.002	27.002
	915.479	915.479
Depreciação acumulada	(902.326)	(888.207)
	13.153	27.272

O modelo de valorização aplicado aos ativos tangíveis está especificado na nota 2.8.

Durante o exercício de 2017 não foi registada qualquer perda por imparidade nos ativos tangíveis.

O movimento ocorrido nas rubricas de “Ativos tangíveis” é analisado como segue:

	Equipamento
Saldo líquido a 1 de janeiro de 2016	44.532
Adições	15.810
Depreciações do exercício	(33.070)
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2016	27.272
Adições	-
Depreciações do exercício	(14.119)
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2017	13.153

NOTA 18 – ATIVOS INTANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é analisado como segue:

	2017	2016
Software	11.403.264	11.333.892
Imobilizações em curso	161.617	33.600
Despesas em edifícios arrendados	650.597	650.597
Despesas de investigação e desenvolvimento	20.215	20.215
Patentes, Marcas e Alvarás	385	385
	12.236.078	12.038.689
Amortizações acumuladas	(11.957.700)	(11.607.144)
	278.378	431.545

O modelo de valorização aplicado aos ativos intangíveis foi especificado no ponto 2.9.

O movimento ocorrido nas rubricas de “Ativos intangíveis” foi o seguinte:

Saldo líquido a 1 de janeiro de 2016	1.155.658
Adições	4.919
Amortizações do exercício	(729.033)
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2016	431.545
Adições	197.389
Amortizações do exercício	(350.557)
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2017	278.378

NOTA 19 – PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS COM SINISTROS

Provisões técnicas

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido são analisadas como segue:

	2017			2016		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	32.631.909	(14.842.567)	17.789.342	27.045.199	(9.338.643)	17.706.556
Custos de aquisição diferidos	(4.931.251)	8.502.975	3.571.724	(3.932.791)	5.287.249	1.354.458
Provisão para sinistros	35.324.246	(4.681.350)	30.642.896	32.738.409	(4.395.543)	28.342.866
Provisão para desvios de sinistralidade	2.570.831	-	2.570.831	2.328.608	-	2.328.608
Provisão para riscos em curso	2.586.561	-	2.586.561	2.214.779	-	2.214.779
Provisão para envelhecimento	2.000.000	-	2.000.000	2.000.000	-	2.000.000
	70.182.296	(11.020.942)	59.161.354	62.394.204	(8.446.937)	53.947.267

Em 2017, a provisão para sinistros inclui uma provisão de 10.865.864 euros (em 2016: 9.000.147 euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2017 e ainda não participados ou insuficientemente conhecidos. Adicionalmente, inclui uma estimativa de 3.297.628 euros (em 2016: 3.025.817 euros) de encargos futuros de gestão associados à regularização de sinistros pendentes e aos não declarados até 31 de Dezembro de 2017.

Desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos

A evolução das provisões para sinistros é apresentada como segue:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Estimativa inicial dos custos com sinistros	46.433.756	49.120.218	49.430.923	42.299.121	38.430.958	37.246.826	34.238.300	32.992.169	35.648.244	32.738.408	35.324.246
Pagamentos acumulados											
Um ano depois	10.086.379	9.558.170	12.258.391	12.259.189	11.625.454	13.741.017	10.482.867	9.686.894	10.536.532	9.444.862	
Dois anos depois	12.917.489	13.442.691	15.813.162	14.939.110	14.983.272	16.364.487	12.213.843	12.894.987	13.062.359		
Três anos depois	15.894.945	16.315.211	17.464.268	16.822.280	16.775.492	17.319.581	14.492.611	14.451.761			
Quatro anos depois	17.925.585	17.695.437	18.821.223	17.899.758	17.005.480	19.274.572	15.677.348				
Cinco anos depois	19.127.186	18.744.561	19.686.657	17.769.066	18.348.568	20.090.978					
Seis anos depois	20.027.921	19.511.506	19.473.402	18.961.043	18.973.409						
Sete anos depois	20.764.905	19.376.713	20.290.537	19.442.374							
Oito anos depois	20.717.042	20.133.072	20.640.227								
Nove anos depois	21.144.992	20.458.770									
Dez anos depois	21.466.864										
Estimativa final dos custos com sinistros											
Um ano depois	45.126.156	44.864.762	39.647.050	33.825.684	30.972.822	30.672.882	28.326.749	31.022.614	28.471.357	28.729.326	
Dois anos depois	40.885.913	35.093.340	32.056.703	28.389.643	26.828.487	28.783.442	26.916.364	26.441.048	26.883.821		
Três anos depois	32.118.586	29.337.845	27.434.035	25.112.108	24.199.942	29.034.186	23.952.212	25.087.745			
Quatro anos depois	27.871.393	25.461.696	24.648.721	22.716.589	24.269.197	26.812.436	22.952.629				
Cinco anos depois	25.106.147	22.692.397	22.511.448	23.042.842	22.987.805	26.196.214					
Seis anos depois	23.354.226	21.622.578	23.014.154	22.017.094	22.410.182						
Sete anos depois	22.535.140	22.289.297	21.725.800	21.535.437							
Oito anos depois	23.042.660	21.144.481	21.665.518								
Nove anos depois	22.165.616	21.171.312									
Dez anos depois	22.187.337										
Excedente/(défice) acumulado	24.246.419	27.948.906	27.765.405	20.763.684	16.020.776	11.050.612	11.285.671	7.904.424	8.764.423	4.009.082	

O reajustamento no desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em anos anteriores relativo aos ramos Automóvel e Incêndio e outros danos é devido, em grande parte, ao encerramento de processos abertos com provisão elevada e posteriormente encerrados com custo inferior ao estimado anteriormente, alguns deles provenientes de sentenças judiciais favoráveis.

No ramo Doença, o reajustamento decorre principalmente de revisão do critério de avaliação das estimativas das responsabilidades com sinistros ocorridos e não participados.

NOTA 20 – OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo de outros devedores por operações de seguros e outras operações em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é analisado como segue:

	2017	2016
Contas a receber por operações de seguro directo		
Tomadores de seguro	1.103.647	533.789
Contas a receber por operações de resseguro		
Resseguradores	1.358.024	559.949
Contas a receber por outras operações		
Outros devedores	2.239.918	2.366.780
	4.701.589	3.460.518

NOTA 21 – ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2017 e 2016 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21%, mais derrama municipal de 1,5% e mais derrama estadual cuja taxa poderá ir até 7%, consoante o lucro tributável.

As declarações de autoliquidação da Seguradora, ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da GNB Seguros que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Ativos e passivos por impostos correntes

Os ativos e passivos por impostos correntes, dizem respeito ao imposto (corrente) sobre o rendimento do exercício, deduzido do Pagamentos Por Conta e do Pagamento Adicional por Conta, e a outros impostos e taxas que incidem sobre a atividade de seguros não vida.

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço em 2017 e 2016 podem ser analisados como segue:

	Ativos		Passivos	
	2017	2016	2017	2016
Impostos sobre rendimentos	1.750.597			653.897
Outros impostos e taxas	770.505	578.063	1.193.182	1.493.539
Total	2.521.102	578.063	1.193.182	2.147.436

Os movimentos da rubrica de “Impostos sobre rendimentos” são analisados da seguinte forma:

Saldo a 1 de janeiro de 2016	843.162
Montantes registados nos resultados	(3.373.465)
Pagamentos efectuados	1.876.406
Saldo a 31 de dezembro 2016	(653.897)
Montantes registados nos resultados	(2.229.937)
Pagamentos efectuados	4.634.431
Saldo a 31 de dezembro 2017	1.750.597

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2017 e 2016 podem ser analisados da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Pensões	39.454	47.152	-	-	39.454	47.152
Investimentos Financeiros	249.549	249.549	(697.356)	(989.858)	(447.807)	(740.309)
Outros	71.750	71.774	-	-	71.750	71.774
Imposto diferido ativo/(passivo)	360.753	368.475	(697.356)	(989.858)	(336.603)	(621.383)
Compensação de ativos/passivos por impostos diferidos	(360.753)	(368.475)	360.753	368.475	-	-
Imposto diferido ativo/(passivo) líquido	(0)	(0)	(336.603)	(621.383)	(336.603)	(621.383)

Principais componentes do gasto (rendimento) de impostos

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2017 e 2016 explica-se como segue:

	2017	2016
Imposto corrente	(2.229.937)	(3.373.465)
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	(7.722)	64.075
Total do imposto registado em resultados	(2.237.659)	(3.309.390)

O movimento do imposto diferido de balanço em 2017 e 2016 explica-se como segue:

	2017		2016	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Ativos financeiros	(23)	292.502	0	(155.402)
Pensões	(7.699)	-	(7.699)	-
Provisões	-	-	71.774	-
	(7.722)	292.502	64.075	(155.402)

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos contabilísticos e os respetivos montantes para efeitos de tributação. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis e impostos diferidos passivos para as diferenças tributáveis. Tendo em conta as expectativas de lucros futuros e a data da sua reversibilidade, a taxa de imposto diferido utilizada foi de 25%.

Imposto sobre o rendimento reportado em reservas

O movimento do imposto sobre o rendimento reportado em reservas nos anos de 2017 e 2016 explica-se como segue:

	2017	2016
Imposto diferido		
Reserva de justo valor	292.502	(155.402)

Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	2017		2016	
	%	Valor	%	Valor
Resultados antes de impostos e Interesses Minoritários		8.559.947		12.770.777
Taxa de imposto estatutária	25,3%		26,0%	
Imposto apurado com base na taxa de imposto estatutária		(2.161.602)		(3.317.432)
Benefícios pós emprego		224		(0)
Provisões		(16)		(7)
Diferenças temporárias		(35.709)		50.499
Benefícios fiscais		-		-
Tributações autónomas		(40.556)		(42.450)
Outros		-		-
		(2.237.659)		(3.309.390)

NOTA 22 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O saldo desta rubrica (Ativo) em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é analisado como segue:

	2017	2016
Gastos diferidos	301.077	458.060

Em 2017, a rubrica de “Gastos diferidos” inclui o montante de 287 milhares de euros (2016: 406 milhares de euros), respeitante a gastos com campanhas de dinamização comercial, referentes a exercícios seguintes.

NOTA 23 – OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo de outros credores por operações de seguros e outras operações em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é analisado como segue:

	2017	2016
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Tomadores de seguro	2.223.035	2.508.256
Contas a pagar por operações de resseguro		
Resseguradores	3.571.683	1.017.013
Contas a pagar por outras operações		
Outros credores	4.186.004	6.598.887
	9.980.722	10.124.156

A rubrica “Contas a pagar por outras operações - Outros credores” em 2017 inclui o montante de 3.239 milhares de euros (2016: 4.527 milhares de euros) relativos a valores a pagar a fornecedores.

O aumento na rubrica “Contas a pagar por outras operações - Resseguradores” em 2017 advém essencialmente, do aumento da produção dos Acidentes Pessoais, sendo um Ramo que o risco está cedido em quota-parte.

NOTA 24 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O saldo desta rubrica (Passivo) em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é analisado como segue:

	2017	2016
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	573.668	546.236
Outros acréscimos de gastos	7.799.882	3.701.488
	8.373.550	4.247.724

A rubrica “Remunerações e Respetivos encargos a liquidar” diz respeito a férias e respetivos subsídios vencidos no exercício e a liquidar no ano seguinte.

A rubrica “Outros acréscimos de gastos” inclui em 2017 o montante de 3.443 milhares de euros (2016: 718 milhares de euros) relativos a comissões por intermediação de produtos de seguros e incentivos à produção.

NOTA 25 – OUTRAS PROVISÕES

As outras provisões são analisadas como segue:

	Outras Provisões
Saldo a 1 de janeiro de 2016	652.635
Saldo a 31 de dezembro de 2016	652.635
Saldo a 31 de dezembro de 2017	652.635

NOTA 26 - CAPITAL

Estrutura Acionista

Em 31 de Dezembro de 2017, o capital social autorizado da GNB - Companhia de Seguros, S.A. encontrava-se representado por 3.000.000 milhões de ações, com um valor nominal de 5 euros cada, das quais encontravam-se subscritas e realizadas na totalidade pelos diferentes Acionistas.

Estrutura Acionista a 31 de Dezembro de 2017 e 2016:

	% Capital	
	2017	2016
Crédit Agricole Assurances, S.A.	50,00000%	50,00000%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	25,00000%	25,00000%
Novo Banco, S.A.	24,99340%	24,99340%
GNB - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	0,00330%	0,00330%
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	0,00330%	0,00330%
	100,00000%	100,00000%

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de reavaliação

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Ao longo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a reserva de justo valor, outras reservas e resultados transitados, podem ser analisados como segue:

	Reserva de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados
Saldo em 1 de janeiro de 2016	3.337.825	(834.456)	6.565.200	2.658
Aplicação de resultados	-	-	588.521	193
Distribuição de reservas	-	-	-	-
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital	-	-	(145.005)	-
Alterações de justo valor	621.606	(155.402)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.959.431	(989.858)	7.008.716	2.851
Aplicação de resultados	-	-	946.139	48
Distribuição de reservas	-	-	-	-
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital	-	-	-	-
Alterações de justo valor	(1.170.009)	292.502	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.789.422	(697.356)	7.954.855	2.899

Dividendos

Distribuição de dividendos

A quantia de dividendos reconhecida como distribuições aos detentores de capital, durante 2017 e 2016, é analisada da seguinte forma:

	2017	2016
Crédit Agricole Assurances, S.A.	4.257.600	2.648.250
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	2.128.800	1.324.125
Novo Banco, S.A.	2.128.238	1.323.775
GNB - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	281	175
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	281	175
	8.515.200	5.296.500

NOTA 27- GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE

Tendo em consideração que o risco está intrinsecamente ligado ao negócio segurador e ao modo como a Companhia cria valor, torna-se essencial gerir e monitorizar os riscos a que se encontra exposta.

Dada a natureza, dimensão e complexidade das suas atividades e cumprindo os requisitos legais e regulamentares aos quais está sujeita, a GNB Seguros tem implementado um sistema de governo que inclui uma estrutura organizacional adequada à sua dimensão, com responsabilidades claramente atribuídas e devidamente segregadas, complementada por uma estrutura de comités de suporte e validação, por funções-chave e por políticas.

Este sistema de governo e de gestão de riscos e de controlo interno, tem por finalidade última gerir e monitorizar adequadamente todas as atividades e os riscos subjacentes de forma a criar valor para os seus acionistas, valorizar os colaboradores e disponibilizar produtos e serviços integradores de valor acrescentado para os clientes e que seja por estes percecionado.

A estrutura organizacional implementada serve de suporte ao desenvolvimento do sistema de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, que assenta no modelo das 3 linhas de defesa.

A 1ª linha de defesa é representada pelos Departamentos/ Unidades Operacionais da Companhia, que são as áreas responsáveis pela operacionalização da gestão de risco e respetivos controlos, no terreno, dia-a-dia.

A 2ª linha de defesa detém uma função de supervisão, sendo representada pelo Departamento Gestão de Risco, Compliance e Controlo e pelo Comité de Gestão de Riscos e Controlos, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas e políticas, e monitorização do sistema de gestão de risco e controlo interno.

A 3ª linha de defesa tem uma função de auditoria independente, executada pela Direção de Auditoria Interna, apoiada pelo Comité de Controlo Interno, tendo como principal objetivo providenciar a garantia da efetividade dos controlos.

Com o objetivo de existir um nível intermédio de análise, avaliação e monitorização que faculte uma abordagem adequada e técnica relativamente a alguns temas relevantes para a atividade da Companhia, a GNB Seguros mantém no seu Sistema de Governo a existência de Comités, ou seja, órgãos consultivos, com incumbência de efetuar validações e emitir pareceres técnicos à Comissão Executiva. Destaca-se o facto de alguns destes Comités serem comuns à GNB Seguros, à GNB Seguros Vida e à GNB Gestão de Ativos, pela partilha de estruturas e recursos em alguns domínios.

Tendo em conta a regulamentação sobre Solvência II, considerando a estrutura existente e a aplicação de forma proporcional à natureza, dimensão e complexidade dos riscos inerentes à atividade da empresa, a GNB Seguros clarificou e identificou as pessoas responsáveis pelo exercício das Funções-Chave “Gestão de Riscos”, “Atuarial”, “Compliance” e “Auditoria interna”, consideradas essenciais para gerir e controlar os riscos.

Outro dos pilares relevantes ao modelo de governo da GNB Seguros é a existência de políticas que suportem o funcionamento adequado da organização, da monitorização e gestão dos riscos.

Paralelamente às políticas associadas às várias vertentes do negócio (Subscrição, Provisionamento, Resseguro, Investimentos, etc), encontram-se também definidas e implementadas um quadro de políticas que visa orientar e garantir princípios de atuação e monitorização adequados do risco, como são exemplo a Política de Avaliação Interna do Risco e da Solvência, e a Política de Apetite ao Risco, cujo objetivo consiste em garantir que o risco que a Companhia está exposta está alinhado com o que está disposta a aceitar.

A política de riscos em vigor é transversal a toda a Companhia, e constam dela os princípios basilares, bem como as responsabilidades dos vários intervenientes no processo de gestão de risco da GNB Seguros.

Constituem objetivos da gestão de risco, os que se seguem:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adotando progressivamente princípios e metodologias uniformes e coerentes em todas as unidades da Companhia;
- Gestão pró-ativa de controlos e processos que permitam antecipar potenciais situações de risco;
- Utilização de ferramentas de gestão de risco apropriadas (indicadores de risco, bases de dados de perdas, risk register e testes de stress e cenários), suporte à gestão do risco, nomeadamente ao reporte, tomada de decisões e mensuração dos requisitos de capital e capital disponível.
- Implementação das diversas políticas
- Promoção da gestão do risco por todos os colaboradores, aos diferentes níveis, em linha com as funções e responsabilidades definidas na política de gestão de risco;

Apresenta-se de seguida uma descrição resumida dos vários riscos a que a Companhia se encontra exposta.

Risco Estratégico

O risco estratégico assume relevância quando a Companhia se depara com a complexidade de avaliar o futuro, ou seja, definir uma estratégia. Cada decisão será sempre acompanhada de certos limites de risco.

Os fatores externos, como os concorrentes, a situação económica, os clientes ou os fornecedores, são essenciais na definição de uma estratégia e na análise do risco que esta pode envolver.

A análise do risco estratégico integra mecanismos de crescimento, oportunidade e competitividade.

Este risco tem por base decisões que podem construir ou destruir o negócio.

Na gestão deste tipo de risco, a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível dos seus Órgãos de Administração.

Risco de Seguro

Em relação ao risco específico de seguro, este corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Os mecanismos de mitigação deste risco mantiveram na sua essência, os mesmos conceitos e práticas reportadas no relatório anterior:

1) Desenho e Tarificação

A Companhia tem como objetivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos por si assumidos.

Neste sentido:

- A Companhia baseia a sua política de aceitação de risco em tarifas construídas com base em princípios atuariais e sujeitas a revisão periódica;
- É efetuada uma análise por parte do Comité Técnico, que valida e emite recomendações sobre as matérias analisadas;
- Previamente ao lançamento de produtos, são analisados e discutidos em sede de Comité de Produtos, no qual se encontram representadas todas as áreas, os vários aspetos referentes aos produtos e formuladas recomendações para posterior decisão em sede de Comissão Executiva;
- Este processo de avaliação ao lançamento de produtos é complementado, posteriormente, pelo Comité NAP (Novos Produtos e Atividades), que pretende assegurar a total conformidade (ao nível de legislação, adequação aos segmentos, conflitos de interesses, conteúdo da formação, proteção de dados, etc.) dos novos produtos e atividades após todas as diligências efetuadas para o seu lançamento;
- A adequabilidade da tarifa é testada através de técnicas de projeção realística de cash-flows baseadas em princípios atuariais. Posteriormente, é feito um acompanhamento do produto, das vendas, características dos riscos subscritos, sinistralidade e margem técnica. Regularmente são elaborados relatórios com indicadores de gestão referentes a todos os produtos;

2) Subscrição

A aceitação dos riscos é condicionada à Política de Subscrição (coberturas definidas e processos de aceitação condicionada) embebida nos sistemas da Companhia após aprovada formalmente.

A Companhia baseia a sua política de aceitação de risco em padrões técnicos rigorosos, existindo alguns instrumentos auxiliares: tarifas, manuais de produto e subscrição, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos. Os produtos são criados de forma simples, padronizada e transparente. Quando existem riscos não enquadráveis nesta política a sua aceitação é condicionada, sendo necessária uma análise específica.

As regras definidas são parametrizadas no sistema informático de suporte e são definidos mecanismos de impedimento ou de alerta para quando alguma das regras não é cumprida.

De acordo com o risco de subscrição de cada situação em concreto, o processo de aceitação obedece a determinados perfis integrados no sistema que limitam a decisão sobre o processo de aceitação a algumas unidades operacionais ou colaboradores.

Em termos de definição e implementação de procedimentos de resolução de reclamações, a Companhia dispõe de uma área específica para a gestão de reclamações e um regulamento interno que define prazos para o processamento e resposta de reclamações, disponibilizando aos clientes no momento de subscrição informação sobre a gestão de reclamações, tal como previsto na legislação em vigor.

3) Provisionamento

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial e utiliza métodos actuarialmente reconhecidos, cumprindo a legislação em vigor. O objetivo principal da política de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma a que a Companhia cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a Companhia constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afetar os valores reportados por isso. Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos;

O valor das provisões a constituir é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros. São efetuadas análises regulares sobre a suficiência do provisionamento da Companhia através de métodos estatísticos, adequados à natureza dos riscos, para determinação da Best Estimate. Para além da monitorização feita em sede de Comité Técnico, o cálculo do provisionamento é revisto e monitorizado pelo responsável pela função atuarial e, pelo menos anualmente, por uma entidade externa independente.

4) Gestão de Sinistros

O risco associado à gestão de processos de sinistros advém da possibilidade de ocorrer uma variação das responsabilidades, por insuficiência ou deficiente qualidade dos dados utilizados no processo de provisionamento, ou um aumento das despesas de gestão e de litígios, devido a uma insuficiente gestão dos referidos processos.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

Para mitigar este tipo de risco a Companhia implementou como medida que o sistema de suporte à atividade de gestão de sinistros incorpore regras específicas que permitem mitigar o risco de seguro.

Regularmente é efetuada um acompanhamento e monitorização de indicadores específicos sobre os sinistros geridos pela Companhia, que permite analisar a evolução destas rubricas, detetar tendências e equacionar estratégias futuras, quer seja ao nível da tarificação, do provisionamento ou do resseguro.

Esta análise é efetuada para cada um dos produtos em comercialização e é reportada regularmente aos vários Departamentos da Companhia e à Comissão Executiva.

5) Resseguro

A Companhia definiu e implementou uma política de resseguro que tem como objetivo primordial a proteção ao impacto de grandes sinistros ou de eventos catastróficos, mitigando o risco, reduzindo a

necessidade de capital e protegendo os interesses dos seus clientes, outros beneficiários de seguros, acionistas e colaboradores.

Para a sua persecução, a companhia contrata o tipo de resseguro mais adequado à mitigação dos riscos aceites, efetuada principalmente através de programas de resseguro específicos e adequados a cada tipo de risco, existindo um elevado nível de exigência em relação aos resseguradores contratados, tendo em consideração o seu rating, solvência financeira e capacidade de prestação de serviços. Os tratados existentes na Companhia são do tipo “Não Proporcionais” – Excess of Loss – e Proporcionais – Quota Share. O risco catastrófico (fenómenos sísmicos e catástrofes naturais) está coberto por um tratado de excedente de perdas, sendo a sua retenção determinada pela capacidade financeira da Companhia e o seu limite máximo analisado em função da frequência deste tipo de eventos e do seu impacto nos capitais da Companhia.

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

Impacto nos resultados antes de impostos

	2017	2016
Aumento de 5% nos custos com sinistros, líquidos de resseguro	-2.241.610	-2.141.359
Aumento de 10% nos custos com sinistros, líquidos de resseguro	-4.483.220	-4.282.718
Aumento de 5% nos custos e gastos de exploração, líquidos de resseguro	-550.677	-477.897
Aumento de 10% nos custos e gastos de exploração, líquidos de resseguro	-1.101.355	-955.794

Os valores apresentados representam apenas o efeito direto e linear no RAI

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa, genericamente, a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e volatilidade dos preços de mercado.

A gestão de risco de mercado é monitorizada pelo Comité Financeiro. Este órgão é responsável pela emissão de recomendações sobre políticas de afetação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez. As recomendações emitidas são submetidas à apreciação da Comissão Executiva.

A política de investimentos da Companhia tem sido conservadora, mantendo uma prudente diversificação, não só como fator de mitigação do risco, mas também para cumprir as regras de diversificação necessárias para que os ativos possam representar as provisões técnicas. Regularmente é efetuada a monitorização dos ativos que representam as provisões técnicas.

- 1) Risco de variação de preços de mercado de capitais, cambial, de taxa de juro, imobiliário e de spread
 - Risco de variação de preços no mercado de capitais: Risco que resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado, e está definido na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro. A mitigação deste risco na Companhia realiza-se através da formalização na política financeira de um conjunto de limites de exposição máxima permitida por emittentes e por classe de ativos.
 - Risco Cambial: Os ativos e passivos encontram-se denominados em determinada moeda, sendo este risco resultado das variações dessas denominações face a possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda de referência. A gestão do risco cambial através do estabelecimento de limites para a sua exposição está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizadas regularmente ao nível do Comité

Financeiro. No exercício de 2017, a companhia não se encontrou exposta a este risco, uma vez que não procedeu a transações em moeda estrangeira.

- **Risco de Variação das taxas de juro:** As operações da Companhia encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro na medida em que os ativos geradores de juros (incluindo os investimentos) e os passivos geradores de juros apresentam maturidades desfasadas no tempo ou de diferentes montantes. As atividades de gestão do risco têm como objetivo a otimização da margem financeira, tendo em consideração os níveis das taxas de juro do mercado e a sua consistência com os objetivos estratégicos da Companhia. A gestão do risco da taxa de juro está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.
- **Risco de Imobiliário:** A Companhia não se encontra exposta a este risco, dado não proceder a investimentos no setor imobiliário.
- **Risco de Spread:** Parte do risco dos ativos que é explicada pela volatilidade dos spreads de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Este risco está definido na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Análise de sensibilidade

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade, e os respetivos impactos no capital próprio e resultado (líquidos de imposto):

Valores em milhares de euros		
2017		
	Capital Próprio	Ganhos e Perdas
Crescimento de 100pb na taxa de juro sem riscos	(1.936)	13
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem riscos	1. 936	-
Valorização de 10% no valor de mercado de ações	303	-
Desvalorização de 10% no valor de mercado de ações	(303)	-

2016		
	Capital Próprio	Ganhos e Perdas
Crescimento de 100pb na taxa de juro sem riscos	(1.854)	13
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem riscos	1. 854	-
Valorização de 10% no valor de mercado de ações	347	-
Desvalorização de 10% no valor de mercado de ações	(347)	-

2) Risco de uso de produtos derivados e similares

A gestão do risco de produtos derivados está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Na Política Financeira encontram-se identificados os objetivos e estratégias inerentes ao uso de produtos derivados e similares, bem como a necessidade de a Comissão Executiva aprovar qualquer transação ou estratégia previamente à sua execução.

Contudo a Companhia durante o ano de 2017 não se encontrou exposta ao risco de produtos derivados e similares, dado que não utilizou instrumentos derivados.

Níveis hierárquicos

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros disponíveis para venda, podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – quando são valorizados de acordo com cotações disponíveis em mercados ativos;

Nível 2 – quando são valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – quando são valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas, um peso significativo na valorização obtida.

A Companhia classifica os seus ativos de acordo com as IFRS13 bem como de acordo com as políticas definidas pelos seus acionistas. Utilizando regras ou modelos com suporte em variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

Os “Empréstimos e contas a receber” e a rubrica de “Outros devedores e credores” foram classificados no nível 2 e 3 respetivamente de acordo com as políticas definidas pelo grupo dado não terem cotações em mercados ativos.

O escalonamento dos ativos financeiros e não financeiros, por níveis hierárquicos, é analisado da seguinte forma:

2017				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	9.043.920	-	9.043.920
Ativos financeiros disponíveis para venda	88.406.914	-	8	88.406.922
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicas	14.360.892	-	-	14.360.892
De outros emissores	70.001.150	-	-	70.001.150
Ações e Fundos de Investimento	4.044.871	-	8	4.044.879
Empréstimos e contas a receber	-	6.000.092	-	6.000.092
Outros devedores por operações de seguro e outras operações	-	-	4.701.589	4.701.589
Contas a receber por operações de seguros direto	-	-	1.103.647	1.103.647
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	1.358.024	1.358.024
Contas a receber por outras operações	-	-	2.239.918	2.239.918
Passivo				
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	(9.980.722)	(9.980.722)
Contas a pagar por operações de seguro directo	-	-	(2.223.032)	(2.223.032)
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	(3.571.683)	(3.571.683)
Contas a pagar por outras operações	-	-	(4.186.007)	(4.186.007)
2016				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	15.773.250	-	15.773.250
Ativos financeiros disponíveis para venda	85.528.491	-	8	85.528.499
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicas	15.561.764	-	-	15.561.764
De outros emissores	65.336.985	-	-	65.336.985
Ações e Fundos de Investimento	4.629.742	-	8	4.629.750
Outros devedores por operações de seguro e outras operações	-	-	3.460.518	3.460.518
Contas a receber por operações de seguros direto	-	-	533.789	533.789
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	559.949	559.949
Contas a receber por outras operações	-	-	2.366.780	2.366.780
Passivo				
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	(10.124.156)	(10.124.156)
Contas a pagar por operações de seguro directo	-	-	(2.508.256)	(2.508.256)
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	(1.017.013)	(1.017.013)
Contas a pagar por outras operações	-	-	(6.598.887)	(6.598.887)

Justo valor de ativos e passivos não mensurados ao justo valor

2017		2016	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	9.043.920	9.043.920	15.773.250
Empréstimos concedidos e contas a receber	6.000.092	6.000.092	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	4.701.589	4.701.589	3.460.518
Ativos financeiros ao justo valor	19.745.601	19.745.601	19.233.768
Outros credores por operações de seguro e outras operações	9.980.722	9.980.722	10.124.156
Passivos financeiros ao justo valor	9.980.722	9.980.722	10.124.156

A Companhia entende que para estes ativos e passivos o seu justo valor aproxima-se do seu valor de balanço essencialmente devido à sua curta maturidade.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais, ou seja, traduz-se na maior ou menor capacidade dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta, não conseguirem efetuar o cumprimento das suas obrigações, devido a alterações da sua situação creditícia.

Na Companhia o risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos, clientes e resseguro (risco de contraparte). A gestão do risco de crédito está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A Companhia continua a praticar as medidas de mitigação de risco mencionadas em anos anteriores, nomeadamente:

- Clientes: Devido à configuração específica da atividade, bancassurances, a Companhia utiliza como regra de cobrança de prémios o débito em conta, o que reduz substancialmente o risco de crédito.
- Resseguro: Ao nível do resseguro o risco de crédito é mitigado pelo estabelecimento de contratos nesta matéria, essencialmente com os líderes mundiais, existindo uma seleção de Resseguradores de acordo com níveis mínimos de rating, efetuando a Companhia um acompanhamento regular da sua evolução.
- Investimentos: As regras definidas na política financeira da Companhia procuram mitigar este risco considerando as regras de diversificação, limites setoriais e o rating das entidades envolvidas (em vigor neste momento: o pior rating entre as três mais conhecidas empresas de notações).

Relativamente ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, é analisado como segue:

	2017						Total
	AAA	AA	A	BBB	HY	Not Rated	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	9.043.748	172	9.043.920
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	5.697.601	24.656.198	30.610.879	23.397.365	8	4.044.871	88.406.922
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	-	-	-	-	6.000.092	-	6.000.092
Outros devedores por operações de seguro e outra operações	-	810.496	547.528	-	1.103.647	2.239.918	4.701.589
Total	5.697.601	25.466.694	31.158.407	23.397.365	16.147.495	6.284.961	108.152.523

	2016						Total
	AAA	AA	A	BBB	HY	Not Rated	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	15.773.038	212	15.773.250
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	7.314.445	23.648.806	25.774.916	18.731.328	5.429.261	4.629.743	85.528.499
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguro e outra operações	-	-	559.949	-	2.900.569	-	3.460.518
Total	7.314.445	23.648.806	26.334.865	18.731.328	24.102.868	4.629.955	104.762.267

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a exposição à dívida pública por País é analisada como se segue:

2017			2016		
País emissor	Valor de Balanço	Percentagem	País emissor	Valor de Balanço	Percentagem
França	9.663. 826	67,29%	França	7.741. 749	61,78%
Polónia	590. 009	4,11%	Polónia	582. 455	4,65%
Finlândia	818. 495	5,70%	Finlândia	827. 903	6,61%
Portugal	3.288. 562	22,90%	Portugal	3.378. 832	26,96%
Total	14.360. 892	100,00%	Total	12.530. 939	100,00%

Risco de Concentração

O risco de concentração é o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos, com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a situação financeira ou solvência da Companhia.

A gestão deste risco relativamente aos ativos está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A sua mitigação, para a Companhia, consubstancia-se na referida Política, através da definição de limites de exposição por emitentes, por rating, por classe de ativos (asset allocation) e por setor.

A diversificação dos ativos financeiros por setores de atividade, como forma de mitigar a concentração do risco de crédito, pode ser analisada para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, conforme se segue:

	2017		2016	
	Bruto	Imparidades	Bruto	Imparidades
Dívida Pública e Supranacional	15.117. 400	-	15.561. 763	-
Financeiro	41.879. 487	(998.596)	33.408. 528	(998.596)
Indústria	20.712. 840	-	19.848. 997	-
Comércio	4.322. 152	-	3.994. 264	-
Matérias-Primas	269. 284	-	2.685. 838	-
Outros Serviços	6.270. 259	-	2.878. 693	-
Telecomunicações	3.673. 017	-	2.146. 093	-
Consumíveis domésticos	-	-	-	-
Energia	1.557. 963	-	4.980. 216	-
Cuidados de Saúde	769. 742	-	-	-
Fundos de Investimento	-	-	-	-
Tecnologia de Informação	-	-	1.022. 702	-
	94.572. 144	(998.596)	86.527. 094	(998.596)

Considerando que os produtos que a GNB Seguros comercializa se dirigirem, de uma forma geral, a todos os clientes da rede de distribuição da Companhia (Bancos do Grupo Novo Banco) e atendendo ao modo como esta se encontra distribuída pelo País, entende-se que ao nível dos passivos se verifica uma distribuição que evita a concentração numa única fonte de risco (clientes ou regiões).

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo satisfazendo as responsabilidades exigidas à medida que estas se vençam e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas e inaceitáveis ao alienar investimentos ou outros ativos de forma não programada.

A gestão do risco de liquidez está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A maturidade dos ativos é como segue:

2017					
Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Sem maturidade	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	9.043.748	-	-	172	9.043.920
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	8.504.325	35.574.006	21.902.838	18.380.874	88.406.922
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	6.000.092	-	-	-	6.000.092
Provisões técnicas de resseguro cedido	11.020.941	-	-	-	11.020.941
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	4.701.589	-	-	-	4.701.589
Total de Ativos	39.270.695	35.574.006	21.902.838	18.380.874	119.173.464
Provisões Técnicas	(49.001.758)	(8.657.015)	(4.391.954)	(8.131.568)	(70.182.295)
Outros Credores por operações de seguros e outras operações	(9.980.722)	-	-	-	(9.980.722)
Total de Passivos	(58.982.480)	(8.657.015)	(4.391.954)	(8.131.568)	(80.163.017)

2016					
Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Sem maturidade	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	15.773.038	-	-	212	15.773.250
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	8.349.461	33.576.099	25.541.859	18.061.072	85.528.499
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	8.446.937	-	-	-	8.446.937
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.460.518	-	-	-	3.460.518
Total de Ativos	36.029.954	33.576.099	25.541.859	18.061.072	113.209.204
Provisões Técnicas	(33.623.961)	(9.512.957)	(8.745.159)	(10.512.127)	(62.394.204)
Outros Credores por operações de seguros e outras operações	(10.124.156)	-	-	-	(10.124.156)
Total de Passivos	(43.748.117)	(9.512.957)	(8.745.159)	(10.512.127)	(72.518.360)

A gestão da liquidez na Companhia tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. A liquidez também é gerida numa ótica que permita responder de uma forma satisfatória a situações de stresse de liquidez.

Assim a Companhia tem em vigor um conjunto de limites que considera importantes que sejam mantidos de forma a garantir os seus objetivos.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os gap liquidity, como efetuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Risco de Operacional

O risco operacional traduz-se, genericamente, pelo risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

A Companhia não espera poder eliminar todos os riscos operacionais, mas tem vindo progressivamente a desenvolver um trabalho que visa assegurar a identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Como medidas de mitigação existentes na Companhia face aos riscos atrás identificados, destacam-se as seguintes:

- Implementação do código de conduta;
- Existência de normativo interno e manuais de procedimentos
- Implementação de políticas e risco operacional e prevenção da fraude
- Existência de segregação de funções, incluindo as autorizações e competências para transações e pagamentos;;

- Monitorização da conformidade com legislação emanada pelo regulador, leis, regulamentos e outras exigências legais;
- Documentação dos controlos e procedimentos;
- Reporte de perdas operacionais e proposta de planos de ação para mitigar perdas registadas;
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócio;
- Formação de colaboradores;

Os Comités existentes e diretamente relacionados com gestão de risco, controlo e compliance, contribuem para a mitigação deste risco funcionando como facilitadores no processo de identificação, avaliação, quantificação de risco e monitorização de recomendações.

Existe também na Companhia um Comité de Segurança com função de assegurar que a segurança informática, de pessoas e bens e a continuidade de negócio são garantidas por recursos adequados e estão formalmente definidas e regulamentadas.

Com o objetivo de mitigar o risco de outsourcing, a Companhia dispõe de uma política de subcontratação e Comités que procuram assegurar o cumprimento de todos os requisitos e formalidades respeitantes à celebração de contratos com entidades consideradas essenciais ao desenvolvimento e sucesso do negócio.

Risco Reputacional

O risco reputacional pode ser definido como o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma percepção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, accionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais do que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como do nome que lhe está associado, sendo a gestão deste risco efetuada de uma forma regular, que pode ser exemplificada com as medidas implementadas nos últimos anos, tais como:

- A implementação de um Código de Conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social, utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação pré-contratual, contratual e publicitária / comercial;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor de clientes;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes;
- Avaliação regular do risco de reputação através dos processos de “assessment” (matrizes de gestão de risco);

NOTA 28 – REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA

A Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009 e alterações posteriores, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício. Entre outros, é aí estabelecido o novo regime de Solvência (Solvência II) aplicável ao setor segurador, produzindo efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2016.

Neste regime destaca-se a avaliação dos ativos e passivos baseada em princípios económicos associada ao alinhamento dos requisitos de capital com os riscos efetivamente assumidos pelas empresas e a existência de um modelo de negócio e uma cultura de gestão (e de supervisão) baseada nos riscos.

No que se refere aos objetivos em matéria de requisitos de capital, eles foram definidos na política de apetite ao risco e mantém-se em linha com o estabelecido anteriormente, ou seja, a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

Ao longo do exercício a GNB Seguros procedeu à avaliação regular dos requisitos de solvência e dos fundos próprios disponíveis, efetuando os reportes regulamentares previstos.

À data do presente relatório e de acordo com a informação trimestral reportada ao supervisor (ASF) nos termos da legislação em vigor, a situação de Solvência II da Companhia resume-se no quadro seguinte, apresentando valores confortáveis face aos requisitos regulamentares e aos definidos na política de apetite ao risco da Companhia.

(Unidade: Milhares de euros)	2017 (*)	2016	Var.2017/ 2016
Fundos Próprios	37.997	33.968	11,9%
Requisito de Capital de Solvência (SCR)	17.927	20.398	-12,1%
Excesso/(insuficiência)	20.071	13.570	47,9%
Rácio SCR	212,0%	166,5%	45,4 pp

(*) Elementos previsionais, considerando a estimativa de distribuição de dividendos proposta pelo Conselho de Administração e incluída no presente relatório, e ainda sujeitos a auditoria no âmbito do reporte prudencial da informação anual a enviar à ASF em Maio de 2018

NOTA 29 – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS
Operações Intra-Grupo

Os saldos apresentados resultam das operações realizadas com entidades detentoras de participação no capital social da Companhia e outras entidades relacionadas. Estas operações inserem-se no normal desenvolvimento da atividade da Companhia.

		31-12-2017				31-12-2016			
		ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS
Novo Banco	1-2	9.208.285	5.064.285	7.979.153	92	21.155.666	1.509.904	7.054.678	59
Ativos financeiros		8.779.562	-	3.128	92	21.155.666	-	-	59
Comissões		-	5.064.285	7.976.025	-	-	1.509.904	7.050.771	-
Prestação de serviços		428.723	-	-	-	-	-	3.907	-
Seguradoras Unidas, S.A.		-	9.698	6.887	-	-	9.823	7.330	-
Prestação de serviços		-	9.698	6.887	-	-	9.823	7.330	-
Soc. Gestora de Fundos de Pensões S.A.		-	-	122.000	-	-	-	(1.384)	-
Prestação de serviços		-	-	122.000	-	-	-	(1.384)	-
ESEGUR, S.A.		-	-	-	-	-	-	1.040	-
Prestação de serviços		-	-	-	-	-	-	1.040	-
SGL Multipessoal, S.A.		-	-	14.735	-	-	-	27.452	-
Prestação de serviços		-	-	14.735	-	-	-	27.452	-
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	1-2	26.600	3.482	3.596	-	251.712	3.561	3.776	-
Ativos financeiros		26.600	-	-	-	251.712	-	-	-
Comissões		-	3.482	3.596	-	-	3.561	3.776	-
CREDIT AGRICOLE ASSURANCES, S.A.		-	-	55.977	-	-	-	19.859	-
Prestação de serviços		-	-	55.977	-	-	-	19.859	-
CREDIT AGRICOLE SA		4.022.660	-	-	189.188	4.181.126	18.000	-	175.287
Ativos financeiros		4.022.660	-	-	189.188	4.181.126	18.000	-	175.287
Europ Assistance	4	-	237.795	-	2.820.908	-	240.816	-	2.875.832
Prémios de Resseguro Cedido		-	-	-	2.820.908	-	-	-	2.875.832
Prestação de serviços		-	237.795	-	-	-	240.816	-	-
GNB Seguros Vida, S.A.	3	70.810	16.154	140.993	-	-	29.338	190.316	-
Ativos financeiros		-	-	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços		70.810	16.154	140.993	-	-	29.338	190.316	-
Novo Banco dos Açores	1-2	230.844	25.408	162.204	-	1.488.642	101.989	-	149.870
Ativos financeiros		230.844	-	-	-	1.488.642	-	-	-
Comissões		-	25.408	162.204	-	-	101.989	-	149.870
Credibom		-	1.694	1.239	-	-	455	117	-
Prestação de serviços		-	1.694	1.239	-	-	455	117	-
AdvanceCare, S.A.	5	-	891.518	2.669.630	-	-	943.075	3.577.719	-
Prestação de serviços		-	891.518	2.669.630	-	-	943.075	3.577.719	-
Esumédica, S.A.		-	0	8.039	-	-	(367)	6.882	-
Prestação de serviços		-	0	8.039	-	-	(367)	6.882	-
		13.559.199	6.248.340	11.163.214	3.010.188	27.077.147	2.856.593	10.887.784	3.201.047

A natureza do relacionamento entre a GNB Seguros e as entidades detentoras de participação no capital social da Companhia e outras entidades relacionadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de:

- (1*) Comercialização de seguros;
- (2*) Investimentos em títulos de dívida;
- (3*) Empréstimos concedidos e arrendamento;
- (4*) Resseguro;
- (5*) Gestão dos sinistros dos contratos de seguro de doença.

Durante os exercícios de 31 de Dezembro de 2017 e 2016, não se registaram quaisquer transações adicionais com partes relacionadas entre a Companhia e os seus Acionistas.

NOTA 30 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS**Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2017:**

- a) **IAS 7** (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa;
- b) **IAS 12** (alteração), 'Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, que a União Europeia já endossou:

- a) **IFRS 9** (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 que vem substituir a IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, a qual foi endossada pela União Europeia no passado dia 3 de novembro de 2017. A IFRS 9 introduz novos requisitos relativos à:
- classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros;
 - mensuração e reconhecimento de imparidade de crédito sobre ativos financeiros através de um modelo de perdas esperadas, e;
 - contabilidade de cobertura.

A Companhia adotou a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018, a qual é de aplicação obrigatória nos exercícios com início em ou após de 1 de janeiro de 2018, existindo, contudo, uma exceção temporal, prevista na emenda à IFRS 4 "Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4", a qual permite que uma seguradora que cumpra determinados critérios especificados mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021. As novas regras introduzidas pela IFRS 9 são de aplicação retrospectiva a partir de 1 de janeiro de 2018, no entanto, os respetivos saldos comparativos, não serão reexpressos.

É de referir ainda que a Companhia optou pelo "Overlay approach", que permite até 2021, anular o efeito em resultados dos títulos que anteriormente estavam valorizados ao justo valor através de reservas e passaram a estar valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

Os impactos nas demonstrações financeiras da Companhia decorrentes da adoção desta nova norma foram estimados por referência a 1 de janeiro de 2018, tendo por base a informação disponível à data e a assunção de um conjunto de pressupostos. Com base nestas estimativas, a adoção da IFRS 9 não terá um impacto material na situação líquida da Companhia.

O tratamento fiscal dos impactos que venham a resultar da adoção da IFRS 9 está dependente da legislação fiscal que venha a ser aprovada durante o ano de 2018.

Durante o exercício de 2018 a Companhia continuará a calibrar os modelos que desenvolveu para dar cumprimento aos novos requisitos da IFRS 9 e acompanhará eventuais orientações dos reguladores nacionais e internacionais a respeito da aplicação da referida norma.

Classificação e mensuração – Ativos financeiros

A IFRS 9 prevê a classificação dos ativos financeiros segundo três critérios:

- (1) O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;

(2) O tipo de instrumentos financeiros, isto é, (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e

(3) As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as principais categorias de ativos financeiros previstas na IFRS 9 resumem-se da seguinte forma:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (ii) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “*Hold to Collect*”.
- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais, quer através da venda dos ativos financeiros e (ii) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor por contrapartida de capitais próprios (“*FVTOCI*”), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “*Hold to Collect & Sale*”.
- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor por contrapartida de resultados (“*FVPL*”).

A Companhia avaliou os seus modelos de negócio tendo por base os indicadores que considerou mais adequados. Para o modelo de negócio “*Hold to Collect*”, por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos *thresholds* quantitativos tendo por base a experiência passada. As vendas previstas para os ativos financeiros classificados neste modelo de negócio não ultrapassam os *thresholds* definidos pela Companhia.

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

Imparidade de crédito

A IFRS 9 introduz o conceito de perdas de crédito esperadas que difere significativamente do conceito de perdas incorridas previsto na IAS 39, antecipando desta forma o reconhecimento das perdas de crédito nas demonstrações financeiras das instituições. A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de capital próprio. Encontram-se também abrangidos pelo conceito de perdas esperadas da IFRS 9 os ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de capital próprio, exposições extrapatrimoniais, leasing financeiro, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados ao justo valor.

Esta alteração conceptual é introduzida em conjunto com novos critérios de classificação e mensuração das perdas esperadas de imparidade de crédito, sendo requerido que os ativos financeiros sujeitos a imparidade sejam classificados por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial e não em função do risco de crédito à data de reporte:

- *Stage 1*: os ativos financeiros são classificados em *stage 1* sempre que não se venha a verificar um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos deve ser reconhecido em resultados do exercício a perda esperada de

imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses após a data de reporte;

- *Stage 2*: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos ("*lifetime*"). No entanto, o juro continuará a ser calculado sobre o montante bruto do ativo;
- *Stage 3*: os ativos classificados neste *stage* apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, será reconhecida em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito durante a vida residual expectável dos ativos financeiros. O juro é calculado sobre o valor líquido de balanço dos ativos.

De uma forma genérica, as perdas de imparidade apuradas nos ativos classificados em *stages* 1 e 2 substituem em grande medida a imparidade reconhecida numa ótica coletiva para os ativos financeiros tal como previsto no âmbito da IAS 39. Por sua vez, as perdas por imparidade apuradas nos ativos classificados no *stage* 3 substituem em certa medida a imparidade reconhecida numa ótica individual e coletiva para os ativos financeiros já em imparidade tal como previsto na IAS 39.

Principais drivers no cálculo das perdas esperadas

A mensuração de perdas esperadas é o resultado do produto entre (i) a probabilidade de *default* (PD) do instrumento financeiro, (ii) a perda dado o *default* (LGD) e (iii) a exposição na data do *default* (EAD), descontado à taxa de juro efetiva do contrato até à data de reporte.

Como mencionado anteriormente, a principal diferença entre as perdas de imparidade mensuradas para ativos financeiros classificados nos *stages* 1 e 2 é o respetivo horizonte temporal no cálculo da PD. As perdas esperadas para os ativos financeiros em *stage* 1 serão calculadas com recurso a uma PD a 12 meses enquanto que as perdas esperadas em *stage* 2 utilizam uma PD-lifetime. O cálculo da perda esperada para os ativos financeiros em *stage* 3 foi alavancado nos processos já existentes para a estimativa de imparidade desenvolvidos para dar cumprimento ao IAS 39, atualizados por forma a refletir os novos requisitos da IFRS 9, nomeadamente o de considerar informação *point in time* e *forward looking*.

- b) **IFRS 15** (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas";
- c) **IFRS 16** (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado";
- d) **IFRS 4** (alteração), 'Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora;
- e) **Alterações à IFRS 15**, 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento

do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou:

Normas

- a) **Melhorias às normas 2014 – 2016** (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28.
- b) **IAS 40** (alteração) ‘Transferência de propriedades de investimento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência;
- c) **IFRS 2** (alteração), ‘Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (“cash-settled”) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (“Cash-settled”) para liquidado com capital próprio (“equity-settled”). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“equity-settled”), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal;
- d) **IFRS 9** (alteração), ‘Elementos de pré-pagamento com compensação negativa’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de ser classificado ao justo valor através de resultados;
- e) **IAS 28** (alteração), ‘Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo;
- f) **Melhorias às normas 2015 – 2017** (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11.
- g) **IFRS 17** (nova), ‘Contratos de seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva

Interpretações

- a) **IFRIC 22** (nova), 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira;

IFRIC 23 (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada

NOTA 31 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

Lisboa, 06 de Março de 2018

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Anexo 1

Identificação dos Títulos	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES								
1.1 - Títulos nacionais								
1.1.2 - Partes de capital em associadas								
1.1.2.1 Acções								
ADVANCECARE- GESTÃO E SERVIÇOS SAUDE		1				5	5	8
	Sub-total	1					5	8
	Total	1					5	8
1.2 - Títulos estrangeiros								
1.2.6 - Títulos de dívida de associadas								
CREDIT AGRICOLE 5.875% /2009 - 11/06/2019			3.000.000	1,24		3.104.352		3.350.864
CREDIT AGRICOLE 2.375% /2014 - 20/05/2024			600.000	1,12		606.126		671.796
	Sub-total					3.710.478		4.022.660
	Total					3.710.478		4.022.660
2 - OUTROS TÍTULOS								
2.1 - Títulos nacionais								
2.1.2 Títulos de dívida								
2.1.2.1 De dívida pública								
PGB 4.75% /2009 - 14/06/2019			3.000.000	1,00		2.990.400		3.288.562
	Sub-total					2.990.400		3.288.562
	Total					2.990.400		3.288.562
2.2 Títulos Estrangeiros								
2.2.1 Instrumentos de Capital e unidades de participação								
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
iShares Core MSCI World UCITS ETF EUR		30.987			44	1.356.953	45	1.399.993
ISHARES MSCI WORLD UCITS ET		39.300			30	1.194.309	37	1.473.357
ISHARES STOXX 600 DE		30.620			39	1.179.087	38	1.171.521
	Sub-total	100.907				3.730.349		4.044.871
2.2.2 Títulos de dívida								
2.2.2.1 De dívida pública								
FINNISH GOVERNMENT 0.375% 2014/15-09-2020			800.000	0,99		795.280		818.495
FRTR 0.5% /2014 - 25/11/2019			7.500.000	1,00		7.485.678		7.648.599
FRTR 0.5% /2015 - 25/05/2026			2.000.000	0,99		1.974.610		2.015.228
REPUBLIC OF POLAND 3% - 2014 - 15/01/2024			500.000	1,00		498.665		590.009
	Sub-total					10.754.233		11.072.331
2.2.2.3 De outros emissores								
3M 1.875% - 2013 / 15-11-2021			700.000	0,99		695.479		747.231
ABB FINANCE BV 0.75% / 2017 - 16/05/2024 (call=16/02/2024)			500.000	1,00		498.400		506.308
ABBVIE INC 1.375% / 2016 - 17/05/2024 (call=17/02/2024)			300.000	1,00		299.358		308.730
ADECCO INT FIN SVS 1% /2016 - 02/12/2024 (call=02/09/2024)			500.000	0,99		495.840		507.227
ALD SA Float /2017 - 27/11/2020			300.000	1,00		300.030		301.349
AMERICAN EXPRESS CREDIT 0.625% / 2016 - 22/11/2021 (call=22/10/202			1.000.000	1,00		996.482		1.013.398
AMERICAN HONDA FINANCE 1.875% /2013 - 04/09/2019			500.000	1,00		499.418		519.691
APPLE INC 1% /2014 - 10/11/2022			300.000	0,99		298.155		311.309
APT PIPELINES LTD 1.375% /2015 - 22/03/2022			500.000	1,00		498.375		521.424
AT & T INC 1.875% /2012 - 04/12/2020 (call=04/09/2020)			200.000	0,99		198.447		209.717
AT&T INC Float /2017 - 04/09/2023			500.000	1,00		500.030		508.195
AUCHAN SA 3.625% /2011 - 19/10/2018			1.000.000	1,06		1.063.917		1.037.160
AUST & NZ BANK GROUP 0.375% 2014/19-11-2019			500.000	1,00		498.870		506.211
BABCOCK INTL GROUP PLC 1.75% /2014 - 06/10/2022 (call=06/07/2022)			500.000	1,00		497.740		522.902
BANK OF NOVA SCOTIA Float /2017 - 05/10/2022			1.000.000	1,02		1.018.860		1.017.463
BANQUE FED CRED MUTUEL 0.375% /2017 - 13/01/2022			1.000.000	1,00		995.050		1.007.856
BAT CAPITAL CORP Float /2017 - 16/08/2021			500.000	1,00		500.030		503.342
BK NEDERLANDSE GEMEENTEN 1.5% /2013 - 15/04/2020			1.000.000	1,00		995.505		1.053.725
BK TOKIO-MITSUBISHI UFJ 0.875% /2015 - 11/03/2022			500.000	1,00		497.770		512.906
BMW 1.5% - 2012 / 05-06-2018			750.000	1,00		748.967		762.074
BMW FINANCE NV 1.25% 2014/05-09-2022			250.000	1,00		249.105		261.572
BNP PARIBAS Float /2015 - 15/01/2020			600.000	1,00		600.030		604.560
BP CAPITAL MARKETS PLC 1.526% 2014 / 26-09-2022			500.000	1,00		500.030		529.012
BRITISH TELECOMMUNICATION 1% /2017 - 21/11/2024 (call=21/08/2024)			400.000	0,99		397.082		397.278
BRITISH TELECOMMUNICATIONS 0.5% /2017 - 23/06/2022 (call=23/03/202			300.000	0,99		298.358		300.440
BRUSSELS AIRPORT CO NV 1% /2017 - 03/05/2024			400.000	0,99		396.790		404.792
BSH BOSCH UND SIEMENS HA 1.875% 2013/13-11-2020			500.000	0,99		497.182		526.583
BUNGE FINANCE EUROPE BV 1.85% /2016 - 16/06/2023 (Call=16/03/2023)			300.000	1,03		308.409		312.719
CAISSE CENTRALE DESJARDN 0.375% 2014/22-10-2019			500.000	1,00		498.770		505.960
CANADIAN IMPERIAL BANK 0.375% /2014 - 15/10/2019			500.000	1,00		498.145		506.286
CAPGEMINI SA 0.5% / 2016 - 09/11/2021 (call=09/08/2021)			500.000	1,00		499.189		504.256
CARLSBERG BREWERIES A/S 0.5% /2017 - 06/09/2023 (Call=06/06/2023)			500.000	0,99		496.300		494.320
CARREFOUR SA 1.75% /2013 - 22/05/2019			500.000	1,00		499.214		517.966
CATERPILLAR FINANCIAL SE 0.75% 2015/13-10-2020			500.000	1,00		497.950		510.972
COCA-COLA 1.125% 2014 / 22-09-2022			1.000.000	0,99		991.470		1.042.313
COCA-COLA Enterp 2.625% - 2013/06-11-2023 (call=06/08/2023)			600.000	1,00		597.879		665.385
CODELCO INC 2.25% 2014-09/07/2024			800.000	0,99		789.686		861.294
COMPASS GROUP INTL BV 0.625% /2017 - 03/07/2024 (call=03/04/2024)			400.000	0,99		396.714		398.084
	Sub-total					21.109.026		21.722.007

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
Continuação					21.109.026		21.722.007
CORP ANDINA DE FOMENTO 0.5% /2017 - 25/01/2022		750.000	1,00		749.843		756.508
CREDIT SUISSE 0.625% 2014/20-11-2018		800.000	1,00		798.806		806.514
CREDIT SUISSE LD 1.375% /2014 - 31/01/2022		500.000	1,00		498.655		527.426
DAIMLER AG 2% /2013 - 07/04/2020		300.000	0,99		297.751		317.821
DEUTSCHE BANK AG 1.25% /2014 - 08/09/2021		900.000	0,99		894.648		926.644
EASTMAN CHEMICAL CO 1.5% / 2016 - 26/05/2023 (call=26/02/2023)		500.000	1,02		508.605		524.765
EIB Float /2010 - 15/01/2018		2.000.000	0,99		1.987.404		1.999.100
ELI LILLY & CO 1% /2015 - 02/06/2022 (Call=03/03/2022)		500.000	0,99		495.244		517.994
ENEL-SOCIETA PER AZIONI 4.75% /2003 - 12/06/2018		500.000	1,05		524.132		523.709
ENEXIS HOLDING NV 1.875% /2012 - 13/11/2020		500.000	0,99		496.660		528.093
ENI SPA 1% /2017 - 14/03/2025		500.000	1,00		498.385		502.776
EVONIK INDUSTRIES AG 1% /2015 - 23/01/2023 (Call=23/10/2022)		500.000	0,99		496.715		518.990
GENERAL ELECTRIC CO 0.375% / 2017 - 17/05/2022 (call=17/04/2022)		400.000	1,00		399.002		400.321
GENERAL ELECTRIC CO 1.25% /2015 - 26/05/2023 (Call=26/02/2023)		500.000	1,00		498.595		520.235
HEINEKEN NV 2% /2013 - 06/04/2021		500.000	1,00		498.073		537.360
HONEYWELL INTERNATIONAL 1.3% /2016 - 22/02/2023		800.000	1,00		799.126		839.610
HSBC BANK PLC 3.875% /2011 - 24/10/2018		1.000.000	1,12		1.116.382		1.039.749
IBM 1.375% - 2012 / 19-11-2019		500.000	1,00		498.272		515.041
IMPERIAL BRANDS FIN PLC 2.25% - 2014 / 26-02-2021 (call=28/11/2020)		250.000	0,99		248.165		269.284
ING BANK NV 0.7% /2015 - 16/04/2020		500.000	1,00		498.775		510.889
JOHN DEERE BANK SA 1.5% /2013 - 16/07/2018		200.000	1,00		199.975		203.151
JOHN DEERE CASH MANAGEMENT Float /2017 - 15/09/2020		500.000	1,00		502.330		502.305
JOHNSON CONTRO INTL PL 1.0% /2017 - 15/09/2023 (Call=15/06/2023)		500.000	0,99		495.675		506.381
JPMORGAN CHASE & CO 1.875% /2012 - 21/11/2019		1.000.000	0,99		994.033		1.039.925
KERING 1.375% /2014 - 01/10/2021		200.000	1,00		199.394		209.392
KNORR BREMSE AG 0.50% /2016 - 08/12/2021 (Call=08/09/2021)		400.000	1,00		398.634		404.642
KONINKLIJKE PHILIPS FLOAT 09/06/19		100.000	1,00		100.330		100.408
LB BADEN-WUERTEMBERG 0.05% /2016 - 13/01/2020		500.000	1,00		499.710		504.126
LINDE FINANCE BV 0.25% /2017 - 18/01/2022		500.000	1,00		498.595		504.513
LLOYDS BANK PLC 1% 2014/19-11-2021		400.000	0,99		396.842		411.180
LVMH MOET HENNESSY VUITT 0.375% / 2017 - 26/05/2022 (call=26/02/20)		300.000	1,00		299.436		301.803
LYB INTER FIN 1.875% /2016 - 02/03/2022 (Call=02/12/2021)		500.000	1,00		498.065		532.158
MACQUARIE BANK LTD 1% /2014 - 16/09/2019		500.000	1,00		500.030		510.102
MACQUARIE BANK LTD 2.5% 2013-18/09/2018		500.000	1,00		498.322		513.062
MICROSOFT CORP 2.125% 2013-06/12/2021 (Call=06/09/2021)		200.000	1,00		199.295		215.235
MITSUBISHI 0.872% 09/07/24		600.000	1,00		600.030		597.676
MORGAN STANLEY 2.375% - 2014 / 31-03-2021		500.000	1,00		498.120		543.222
MORGAN STANLEY Float 2014/19-11-2019		500.000	1,00		499.285		505.721
MOTABILITY OPERATIONS GR 0.875% /2017 - 14/03/2025		500.000	0,99		495.205		502.870
MOTABILITY OPERATIONS GR 1.625% /2015 - 09/06/2023		250.000	0,99		247.770		266.872
NATIONAL AUSTRALIA BANK 2% 2013/12-11-2020		500.000	0,99		496.175		528.627
NATIONAL GRID INC 1% /2017 - 12/07/2024		500.000	0,99		496.774		506.161
NATIONWIDE BLDG SOCIETY 1.625% 2014/03-04-2019		500.000	1,00		499.460		516.870
NATL AUSTRALIA BANK Float /2015 - 16/01/2018		400.000	1,00		400.020		400.060
NESTLE FINANCE INTL 0.375% /2017 - 18/01/2024 (call=18/10/2023)		400.000	0,99		397.054		398.986
NESTLE FINANCE INTL LTD 0.75% /2014 - 08/11/2021		500.000	0,99		496.340		513.940
NORDEA BANK AB 1.375% /2013 - 12/04/2018		700.000	1,00		699.654		710.148
Orange 1.875% /2013 - 02/10/2019		300.000	1,00		298.625		311.776
PARKER HANNIFIN CORP 1.125% /2017 - 01/03/2025 (call=01/12/2024)		500.000	1,00		499.429		506.133
PEPSICO INC 1.75% 2014/28-04-2021 (Call=26/01/2021)		500.000	1,00		497.585		530.646
PETROLEOS MEXICANOS 1.875% /2015 - 21/04/2022		500.000	0,99		496.630		519.734
PHILIP MORRIS INTL INC 1.75% /2013 - 19/03/2020		750.000	0,99		745.739		787.283
POHJOLA BANK PLC 1.75% /2013 - 29/08/2018		500.000	1,00		499.254		509.598
POHJOLA BANK PLC 2% 2014/03-03-2021		500.000	0,99		496.870		538.466
PUBLICIS GROUPE SA 1.125% /2014 - 16/12/2021 (Call=16/09/2021)		500.000	0,99		497.030		514.201
RABOBANK NEDERLAND 1.75% 2014/22-01-2019		900.000	1,00		895.899		933.467
RIO TINTO FINANCE PLC 2% / 2012 - 5/11/2020		750.000	0,99		745.336		793.231
ROLLS-ROYCE PLC 2.125% 18/06/21		500.000	0,99		496.264		538.040
SABIC CAPITAL I BV 2.75% 2013/20-11-2020		500.000	0,99		496.487		535.975
SANOFI 1.875% /2013 - 04/09/2020 (call=04/06/2020)		700.000	0,99		694.669		736.569
SKANDINAVISKA ENSKILDA 1.875% /2012 - 14/11/2019		800.000	0,99		795.457		832.244
SKANDINAVISKA ENSKILDA 2% 2014/19-02-2021		500.000	0,99		497.290		538.270
SMITHS GROUP PLC 1.25% /2015 - 28/04/2023 (Call=28/01/2023)		500.000	0,99		495.488		517.709
STATOIL ASA 2% - 2013 / 10-09-2020		600.000	0,99		595.997		635.500
SUMITOMO MITSUI BANKING 1% /2015 - 19/01/2022		600.000	1,00		597.012		619.452
SUMITOMO MITSUI FIN GRP Float /2017 - 14/06/2022		500.000	1,00		500.030		502.999
SWEDBANK AB 1.5% 2014/18-03-2019		750.000	1,00		748.350		774.072
TORONTO-DOMINION BANK 0.375% /2016 - 12/01/2021		400.000	1,00		398.138		406.959
TOTAL CAPITAL CANADA LTD 1.875% /2013 - 09/07/2020		200.000	0,99		198.473		211.390
TOTAL CAPITAL INTL SA 0.625% /2017 - 04/10/2024		300.000	0,99		298.479		300.155
TOYOTA MOTOR CREDIT CORP 1.8% /2013 - 23/07/2020		1.000.000	1,00		996.310		1.052.730
UNITED PARCEL SERVICE 0.375% /2017 - 15/11/2023 (Call=15/09/2023)		1.000.000	1,00		997.010		987.783
US BANCORP 0.85% /2017 - 07/06/2024		400.000	1,00		399.894		403.608
VODAFONE 1% - 2014 / 11-09-2020 (call=11/06/2020)		500.000	0,99		494.280		512.091
Sub-total					61.390.840		63.304.453

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
Continuação					61.390.840		63.304.453
VODAFONE GROUP PLC 1.125% /2017 - 20/11/2025		200.000	0,99		198.364		198.987
WELLS FARGO CO 1.125% /2014 - 29/10/2021		800.000	0,99		795.400		827.025
WESTPAC BANKING CORP 0.375% /2017 - 05/03/2023		1.150.000	1,00		1.144.372		1.139.813
WHIRLPOOL CORP 0.625% /2015 - 12/03/2020		500.000	0,99		497.002		508.212
ESFG 6.875% /2009 - 21/10/2019		1.000.000	0,00		1		1
Sub-total					64.025.979		65.978.491
Total					78.510.561		81.095.693
3 - TOTAL GERAL	30.620				85.211.444		88.406.922

Anexo 2:

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2016 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2017 (3)	Reajustamentos (3)-(2)-(1)
NÃO VIDA				
Acidentes e Doença				
Acidentes Trabalho	-	27.706	-	27.706
Acidentes Pessoais	1.177.719	369.845	197.943	(609.931)
Doença	81.706	2.309.443	(8.278)	2.219.459
Incêndio e outros danos	2.970.924	2.104.947	1.121.888	255.911
Automóvel				
Responsabilidade Civil	15.908.374	3.272.335	12.843.533	207.494
Outras Coberturas	573.723	302.862	232.636	(38.225)
TOTAL GERAL	20.712.446	8.387.138	14.387.722	2.062.414

* Sinistros ocorridos no ano 2016 e anteriores

Anexo 3:

Ramo/Grupos de Ramos	Montantes pagos prestações (1)	Montantes Pagos Custo de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Directo				
Acidentes e doença				
Acidentes Trabalho	(32.926)	(312)	(71.250)	(104.488)
Acidentes Pessoais	(691.128)	(11.252)	716.782	14.402
Doença	(17.508.395)	(2.523.056)	(742.409)	(20.773.860)
Incêndio e outros danos	(11.153.071)	(1.291.966)	(1.530.072)	(13.975.109)
Automóvel				
Responsabilidade Civil	(7.751.443)	(1.299.210)	(633.654)	(9.684.307)
Outras Coberturas	(1.915.473)	(5.503)	(325.234)	(2.246.210)
Total	(39.052.436)	(5.131.299)	(2.585.837)	(46.769.572)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Anexo 4:

Anexo 4

Ramo/Grupos de Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro**
Seguro Directo					
Acidentes e doença					
Acidentes Trabalho	105.334	100.738	(104.488)	(37.533)	(18.689)
Acidentes Pessoais	10.737.383	5.233.233	14.402	(1.566.933)	(961.978)
Doença	26.470.533	26.482.630	(20.773.860)	(3.152.009)	(359.852)
Incêndio e outros danos	24.358.367	24.208.741	(13.975.109)	(6.294.588)	(549.480)
Automóvel					
Responsabilidade Civil	10.044.533	10.169.165	(9.684.307)	(2.518.301)	(1.512.108)
Outras Coberturas	5.535.917	5.470.850	(2.246.210)	(459.869)	(305.938)
Total	77.252.067	71.665.357	(46.769.572)	(14.029.233)	(3.708.045)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

** Saldo favorável aos
Resseguradores

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da GNB – Companhia de Seguros, SA (adiante designada por “GNB Seguros” ou “Companhia”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 122.287.174 euros e um total de capital próprio de 31.372.108 euros, incluindo um resultado líquido de 6.322.288 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da GNB – Companhia de Seguros, SA em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da opinião e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

Provisão para sinistros de seguro direto e outras provisões técnicas

Mensuração e divulgações relacionadas com a provisão para sinistros de seguro direto e outras provisões técnicas apresentadas nas notas anexas 2, 3 e 19 das demonstrações financeiras

A provisão para sinistros de seguro direto e as outras provisões técnicas apresentadas na demonstração da posição financeira ascendem a 35.324 milhares de euros e 2.000 milhares de euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2017, representando 39% e 2% do total do passivo da Companhia nessa data. Da referida provisão para sinistros de seguro direto, 21.355 milhares de euros respeitam ao ramo automóvel, 5.149 milhares de euros ao ramo multiriscos, 4.650 milhares de euros ao ramo doença e 881 milhares de euros aos restantes ramos de negócio.

A avaliação da razoabilidade do montante da provisão para sinistros de seguro direto inclui a comparação entre a estimativa atuarial do custo final dos processos de sinistros e os pagamentos que possam já ter ocorrido com os respetivos processos e as provisões reconhecidas contabilisticamente. Para o efeito, a Companhia utiliza técnicas atuariais baseadas em modelos determinísticos e estocásticos, efetuando uma separação dos sinistros em grupos homogéneos de risco, considerando igualmente a respetiva volatilidade, de forma a incorporar os necessários níveis de confiança no respetivo provisionamento. A avaliação do grau de provisionamento envolve julgamento, relativamente à seleção de pressupostos financeiros e atuariais, tais como taxa de inflação, caudas de encerramento dos processos de sinistros, entre outros e, nessa medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

O montante da provisão para envelhecimento do ramo doença, considerado em outras provisões técnicas, corresponde ao valor atuarial das

A nossa equipa, integrando especialistas em atuariado, desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades relativas a processos de sinistros de seguro direto e a outras provisões técnicas;
- Verificação da efetividade dos controlos associados às análises atuariais efetuadas pela Companhia;
- Realização de procedimentos de revisão analítica, tais como rácios de cobertura e rácios de sinistralidade;
- Identificação e avaliação de pressupostos utilizados nas análises atuariais da Companhia; e
- Realização de um conjunto de testes independentes e comparação dos nossos resultados com aqueles determinados pela Companhia.

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente à provisão para sinistros de seguro direto e a outras provisões técnicas, constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

responsabilidades da Companhia líquido do valor atuarial dos prémios futuros, sendo determinado por recurso a pressupostos financeiros e atuariais, os quais incluem as taxas de descontinuidade após os 55 anos, tábuas de mortalidade, taxas de encargos e taxas de desconto, entre outros, e nessa medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

O risco existente decorre da possibilidade dos montantes da provisão para sinistros de seguro direto e das outras provisões técnicas (no caso, a provisão para envelhecimento do ramo doença), reconhecidas pela Companhia, não serem suficientes para fazer face às respetivas responsabilidades assumidas à data de encerramento de contas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Companhia para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

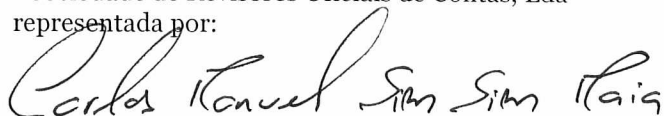
Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da GNB Seguros pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2017 para um mandato compreendido entre 2017 e 2019.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta mesma data.

- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

3 de abril de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C

RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL
GNB – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Exercício de 2017

Exmos. Senhores Acionistas, da

GNB – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre-nos submeter à Vossa apreciação o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como emitir parecer sobre o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da GNB – Companhia de Seguros, S.A. (GNB Seguros) apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respetiva certificação legal das contas emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas.
2. No decurso do exercício, o Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes, efectuando reuniões periódicas e apreciando os elementos contabilísticos que nos foram regularmente disponibilizados, bem como dos esclarecimentos complementares que nos foram prestados pelo Conselho de Administração. Para o efeito, reunimos regularmente com o Conselho de Administração da sociedade, bem como os responsáveis das áreas relevantes, nomeadamente a gestão de risco, o *compliance*, a contabilidade e a auditoria interna corporativa.
3. Durante o exercício foi verificada a regularidade dos registos contabilísticos e o processo de monitorização e acompanhamento da atividade da Companhia, tendo os responsáveis das áreas operacionais reunido com Conselho Fiscal, apresentando as principais tendências e evoluções ocorridas ao nível da atividade desenvolvida e dos resultados obtidos.

O Conselho Fiscal acompanhou os esforços desenvolvidos no sentido da redução de gastos e melhoria da competitividade da Companhia, visando reforçar as suas condições de continuidade futura.

4. De modo a garantir uma adequada fiscalização da eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna o Conselho Fiscal, ao longo do exercício, reuniu com: (i) os responsáveis do Departamento de Auditoria Interna do Grupo, na medida em que esta consiste numa função corporativa; (ii) o responsável pela



área de identificação e monitorização do sistema de risco; e (iii) os auditores externos, tendo tomado conhecimento dos resultados do trabalho desenvolvido por estas diferentes funções. Não foram identificadas situações de risco anormais, sendo o sistema de controlo interno adequado face aos riscos operacionais e de relato financeiro identificados.

Verificamos que no decurso do presente exercício foi dada particular atenção ao sistema de monitorização da atividade desenvolvida pela Companhia e gestão do risco operacional, em virtude do acréscimo do risco decorrente da redução ocorrida ao nível do número de colaboradores e mudanças ocorridas na estrutura orgânica, decorrentes da decisão de redução de gastos adotada, a qual é essencial ao reforço da competitividade da Companhia.

5. O Conselho Fiscal examinou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Companhia os quais visam assegurar a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das suas operações. Adicionalmente, o Conselho Fiscal acompanhou o processo de preparação e divulgação da informação financeira, sendo a mesma adequada.
6. Reunimos, com o Revisor Oficial de Contas, tendo tomado conhecimento dos resultados do trabalho desenvolvido nas diferentes fases da auditoria, nomeadamente os riscos identificados no decurso da etapa de planeamento e a resposta aos mesmos concebida pela equipa de auditoria, os testes de auditoria planeados, trabalho realizado e respetivas conclusões. O Revisor Oficial de Contas acompanhou o processo de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, tendo dado conhecimento ao Conselho Fiscal das suas conclusões e concordância quanto aos documentos elaborados pelo Conselho de Administração.

O Revisor Oficial de Contas, através do Relatório Adicional, dirigido ao Conselho Fiscal, comunicou os aspetos relevantes do trabalho realizado e respetivas conclusões.

Tomamos conhecimento da Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2017 emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas e com a qual concordamos.

Apreciamos o entendimento do Revisor Oficial de Contas quanto às matérias relevantes de auditoria referidas na Certificação Legal das Contas.

Verificamos a independência do Revisor Oficial de Contas para o exercício das suas funções, reunindo o mesmo, os necessários requisitos.

7. Procedemos à apreciação do relatório de gestão e das demonstrações financeiras da Companhia que nos foram apresentadas pelo Conselho de Administração. O relatório de gestão obedece às disposições legais e estatutárias, referindo os aspetos mais relevantes da atividade da Companhia durante o exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o referencial contabilístico em vigor, sendo os princípios contabilísticos e os critérios valorimétricos adotados adequados e permitindo que as mesmas apresentem uma imagem verdadeira da posição financeira e dos resultados da Companhia.



8. Em 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, a qual transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009 e alterações posteriores, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício. Entre outras matérias é aí estabelecido o novo regime de Solvência (Solvência II) aplicável ao setor segurador.

Ao longo do exercício a GNB Seguros procedeu à avaliação regular dos seus requisitos de solvência e dos fundos próprios disponíveis, tendo efetuado os reportes regulamentares previstos.

Parecer

8. Como resultado das ações de fiscalização realizadas e apreciados os documentos referidos no número anterior, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove:
- a) O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas do exercício de 2017, tal como foram apresentados pela Administração;
 - b) A proposta para a aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.
9. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer aos membros do Conselho de Administração, ao Revisor Oficial de Contas e aos Colaboradores da Companhia toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 05 de abril de 2018

O Conselho Fiscal

Presidente

-

António Joaquim Andrade Gonçalves

Vogal

-

José Maria Ribeiro da Cunha